

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES:
CASO PROEX E BNDES-EXIM**

TATIANE PALMA REZENDE

Florianópolis, outubro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Financiamento às Exportações: Caso PROEX e BNDES-Exim

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Tatiane Palma Rezende

Orientador: Profº Dr. Fernando Seabra

Área de Pesquisa: Economia Internacional, Finanças Internacionais.

Palavras chaves: 1) Exportações
 2) Financiamento às exportações
 3) PROEX
 4) BNDES-exim

Florianópolis, outubro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **8,0** à aluna Tatiane Palma Rezende na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Fernando Seabra
Presidente

Prof^o. Dr. Louis Roberto Westphal
Membro

Prof^o. Dr. Celso Leonardo Weydmann
Membro

“Provavelmente a percepção isolada mais importante de toda economia internacional é a de que existem *ganhos do comércio*, isto é, quando os países vendem bens e serviços uns aos outros, essa troca é quase sempre em benefício mútuo. A variedade de circunstâncias sob as quais o comércio internacional é benéfico é muito maior do que a maioria das pessoas imaginam.”

(Krugman e Obstfeld)

*Dedico esta monografia principalmente aos meus queridos pais, **Marlaci e Mário**, que não mediram esforços em me ajudar em tudo que fosse necessário para concretização de mais essa etapa de minha vida. Aos meus irmãos, **Mauro e Leandro**, que sempre estiveram do meu lado me incentivando. E por fim aos meus amados afilhados **João Gugu e Lucky**.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador Fernando Seabra por me disponibilizar a sua sala, onde pude pesquisar e solicitar aquele “*help*” quando era necessário. E principalmente pela sua orientação para que eu pudesse enriquecer e finalizar esta pesquisa.

Agradeço a todos os professores do departamento de economia que participaram diretamente ou indiretamente de toda minha vida acadêmica no curso de economia. Principalmente aos membros da banca Professores Celso e Louis que contribuíram em suas análises e sugestões para o enriquecimento desta pesquisa.

Agradeço a todos meus colegas que fiz ao longo do curso. Principalmente a *Alessandra, Célio, Josiane, Júlio, Marcelo, Pedro e Pilar*; pelas horas de estudos, muitas vezes de madrugada, pelo companheirismo e amizade que firmamos na faculdade.

Agradeço aos meus pais, *Mario e Marlaci*, pela ajuda incondicional e por acreditarem nesta filha que os ama muito.

Agradeço aos meus irmãos, *Mauro e Leandro*, mais do que irmãos, são meus melhores amigos, obrigado por todo apoio e ajuda de vocês. Obrigado por acreditarem em mim! Não esquecendo as minhas cunhadas *Carol e Adri*, que também sempre estiveram ao meu lado quando mais precisei.

Agradeço a minha mãe novamente em especial, que como Professora de Português teve o cuidado de fazer a correção ortográfica e gramatical de toda a minha monografia.

Agradeço a minha amiga *Katherine* que em nossas caminhadas agüentou meus “papos furados” e todo estresses da monografia, mesmo sem não entender nada do meu tema, sempre paciente me ouvia e me incentivava.

Agradeço também a todos aqueles que passaram pela minha vida, principalmente ao longo da faculdade, mesmo que por um curto período, e deixaram marcas para sempre na minha vida!

E por fim agradeço a Deus!!

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	09
LISTAS DE FIGURAS.....	10
LISTAS DE GRÁFICOS.....	11
LISTAS DE TABELAS.....	12
LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
RESUMO.....	14

CAPÍTULO I

1 O PROBLEMA.....	15
1.1 Introdução.....	15
1.2 Formulação da situação-problema.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo geral.....	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 Metodologia.....	18

CAPÍTULO II

2 O FINANCIAMENTO ÀS EXPORAÇÕES: ASPECTOS TEORICOS.....	19
2.1 Os determinantes da exportação.....	19
2.1.1 Desempenho das exportações.....	21
2.2 Razão para o financiamento as exportações.....	22
2.2.1 Riscos do Comércio Exterior.....	24
2.2.2 O sistema de financiamento.....	25
2.2.2.1 ACC/ACE.....	27
2.3 Breve descrição histórica da política de financiamento às exportações brasileiras.....	28
2.4 Principais Instituições de apoio ao comércio exterior.....	29
2.4.1 Câmara de comércio exterior.....	30
2.4.2 Ministério do desenvolvimento indústria e comércio exterior.....	31
2.4.3 Ministério das Relações Exteriores.....	32
2.4.4 Seguro de Crédito à Exportação.....	32
2.4.5 BNDES.....	32
2.4.6 Banco do Brasil S.A.....	33

CAPÍTULO III

3 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTOS ÀS EXPORTAÇÕES: CASO PROEX E BNDES-EXIM.....	35
3.1 PROEX.....	35
3.1.1 PROEX Financiamento.....	37
3.1.2 PROEX Equalização.....	39
3.2 BNDES-Exim.....	41
3.2.1 BNDES-Exim Pré-embarque.....	41
3.2.2 BNDES-Exim Pré-embarque especial.....	42
3.2.3 BNDES-Exim Pós-embarque.....	43

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE DOS PROGRAMAS PROEX E BNDES-Exim DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES.....	45
4.1 Análise do desempenho dos financiamentos oficiais.....	45
4.1.1 MPMEs no mercado de crédito às exportações.....	48
4.1.2 Mudanças no âmbito dos financiamentos.....	50
4.2 Desembolsos do PROEX e BNDES-Exim em relação com as exportações.....	51

CAPÍTULO V

5.1 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01: Instituições financeiras credenciadas ao BNDES.....	58
Anexo 02: Dados para análise dos financiamentos.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma da Estrutura do Comércio Exterior.....	30
Figura 02: Captação dos Recursos do PROEX-Financiamento.....	38
Figura 03: Captação dos Recursos do PROEX-Equalização.....	40
Figura 04: Entraves à expansão das Exportações.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução das Exportações Brasileiras (FOB/US\$ Bilhões).....	22
Gráfico 02: Exportação por Valor Agregado (FOB/US\$ milhões).....	22
Gráfico 03: Exportação por Porte de Empresa (participação % sobre o número de empresas de 2004).....	48
Gráfico 04: Exportação por Porte de Empresa (participação % sobre o valor das exportações de 2004).....	49
Gráfico 05: Desembolso Anual do Sistema Público de Financiamento (US\$ Milhões).....	53
Gráfico 06: Exportações (FOB) vs. BNDES-Exim (US\$ Milhões).....	54
Gráfico 07: Exportações (FOB) vs. PROEX (US\$ Milhões).....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Posição das Empresas com Relação aos Instrumento de Crédito (%).....	46
Tabela 02: Dificuldades na Contratação das Linhas Oficiais de Financiamento (%).....	47
Tabela 03: Utilização dos Mecanismos de Crédito à Exportação por Porte de Empresa (%).....	49
Tabela 04: Exportação* (FOB) e Desembolsos anuais do PROEX* e BNDES-Exim*.....	52
Tabela 05: Evolução dos desembolsos do PROEX e BNDES-Exim em relação às exportações.....	55
Tabela 06: Correlação.....	56

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues
BB – Banco do Brasil S.A.
BNDES – Banco do Desenvolvimento Econômico e Social
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CIN – Centro Internacional de Negócios
COFIG – Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
DECEX – Departamento de Operações de Comércio Exterior
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGPC – Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial
FOB – *Free on board*
INCOTERMS – *International Commercial Terms*
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LIBOR – *London Interbank Offered Rate*
MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior
MPMEs – Micro Pequenas e Médias Empresas
MRE – Ministério das Relações Exteriores
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS – Programa de Integração Social
PROEX – Programa de Financiamento às Exportações
RC – Registro de Operação de Crédito
RE – Registro de Exportação
SBCE – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

RESUMO

REZENDE, Tatiane Palma. **Financiamento às Exportações: Caso PROEX e BNDES-Exim**. Florianópolis, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

Orientador: Prof. Fernando Seabra, Dr.

Esta pesquisa pretende analisar e avaliar os financiamentos oficiais oferecidos pelo governo brasileiro, às exportações. Contamos, atualmente, com dois programas de financiamentos oficiais, o PROEX, e o BNDES-Exim, ambos instituídos na década de 90. O contexto no qual a pesquisa esta inserida é um período de abertura comercial a partir dos anos 90, em que o governo brasileiro deixou a política de substituição das importações de lado, para assim, se colocar na nova dinâmica mundial da globalização. Desta forma destaca-se a preocupação do governo brasileiro em promover incentivos e financiamentos às exportações do país. Verifica-se que os financiamentos às exportações são de suma importância para o desenvolvimento e incremento das exportações. Os financiamentos subsidiam as exportações tanto na produção como também na fase de comercialização, colocando os exportadores brasileiros com melhor competitividade no mercado internacional. De acordo com pesquisas realizadas sobre os sistemas de financiamentos brasileiros às exportações, foram detectados alguns entraves como, dificuldades no acesso ao crédito, principalmente das MPMEs e o desconhecimento da existência das linhas de financiamentos. Embora diante das dificuldades destacadas, os financiamentos que foram instituídos apenas na década passada, estão ainda em fase de ascensão e solidificação no mercado de crédito às exportações. Portanto, a pesquisa tentou refletir sobre os principais problemas encontrados, avaliando assim o desempenho do PROEX e do BNDES-Exim. Bem como, sua correlação com o valor das exportações brasileiras, no sentido de avaliar sua correspondência com os objetivos de promover as exportações. Foi concluído que tanto o PROEX como o BNDES-Exim no âmbito dos seus desembolsos correlacionados com os valores das exportações obtiveram um bom desempenho no incentivo a exportação.

Palavras chaves: Exportações; Financiamento às exportações; PROEX; BNDES-exim.

CAPÍTULO I

1 O PROBLEMA

1.1 INTRODUÇÃO

O suporte financeiro às exportações de um país é uma das constantes preocupações dos atuais governos, devido à importância do mercado internacional e do crescimento econômico via exportações.

Tendo assim, o governo, um papel bastante importante no campo de estímulo às exportações, que vão desde melhorias nas políticas comerciais, na infra-estrutura, no sistema tributário, até nas políticas de promoção às exportações, como o financiamento.

“[...] o Estado deve ser um agente observador do processo competitivo externo; deve ter um papel preponderante no jogo da competitividade externa, justificando assim uma forte presença quanto a políticas de promoção de exportações”. (NEVEN e SEABRIGHT, 1995. *apud* Moreira e Santos, 2001, p. 05)

Neste contexto, cabe ressaltar o sistema de financiamento às exportações, que possui um significativo peso no aumento das exportações e na introdução de novos produtos no mercado externo, resultando também numa forma mais competitiva no mercado internacional.

No Brasil o financiamento às exportações teve início no final da década de 60, sendo um dos instrumentos da política utilizado na estratégia de diversificação das exportações brasileiras. Contudo, na década de 80 com a crise econômica brasileira, as políticas antiinflacionárias se tornaram prioridades absolutas. Com isso, as linhas de créditos às exportações foram interrompidas devido às restrições financeiras da crise macroeconômica brasileira.

Ao longo dos anos 90, o governo brasileiro expressa novamente preocupações com a política de comércio exterior. Reorganizando a estrutura do comércio exterior, reformulando também o sistema brasileiro de seguro e de financiamento às exportações.

Tendo em vista, a grande competitividade do comércio internacional e a importância das exportações para o crescimento do país, um instrumento de grande relevância na política econômica é sem dúvida o financiamento às exportações. Portanto, esta pesquisa

pretende descrever os principais mecanismos de financiamento público disponíveis no Brasil, o PROEX e o BNDES-Exim, a partir da década de 90. E analisar a contribuição desses financiamentos no incremento do valor das exportações.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Diante da grande importância do financiamento à exportação para o sucesso das empresas exportadoras brasileiras no concorrido mercado internacional, e na melhoria das condições de pagamento das exportações, faz-se necessário uma avaliação e uma reflexão desse sistema creditício brasileiro.

A questão central desta pesquisa é contribuir para o entendimento de porque o sistema oficial de financiamento à exportação não alcança mais empresas e maiores volumes. Neste sentido, o presente estudo pretende avaliar os dois principais programas governamentais de financiamento à exportação PROEX e o BNDES-Exim, descrevendo-os, avaliando as condições requeridas para acessá-los e analisando seus desempenhos na concessão de crédito no período de 1992 a 2004, visando sua contribuição no aumento das exportações brasileiras.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar o desempenho do PROEX e do BNDES-Exim em termos de estímulo às exportações brasileiras, no período de 1992 a 2004.

1.3.2 Objetivos Específicos

σ Discutir os determinantes e analisar o desempenho das exportações brasileiras no período de 1992 a 2004.

σ Realizar uma breve análise histórica sobre o sistema de financiamento às exportações brasileiras.

σ Descrever os principais órgãos de regulamentação e de apoio ao sistema de crédito à exportação brasileira e os mecanismos públicos de financiamento disponíveis no Brasil (PROEX, BNDES-exim).

σ Avaliar a relação entre as concessões de crédito à exportação (PROEX e BNDES-Exim) e a performance do valor das exportações.

1.4 METODOLOGIA

Foi utilizado na pesquisa o método analítico, uma investigação de todo o processo de funcionamento e principais características do sistema de financiamento às exportações brasileiras. Tendo como característica uma pesquisa explicativa e avaliativa do sistema de crédito às exportações brasileiras de natureza quantitativa.

A pesquisa foi realizada mediante estudos em literatura especializada, páginas na internet de instituições financeiras, governamentais, e outras fontes, ligadas ao comércio exterior.

O desenvolvimento da pesquisa se divide em quatro capítulos além deste primeiro. No capítulo II, é apresentado de forma geral como é o funcionamento do sistema de financiamento brasileiro às exportações dentro de um enfoque teórico e histórico das exportações.

No capítulo III, abrangem-se os principais mecanismos de financiamento às exportações oficiais do governo brasileiro, o PROEX e o BNDES-Exim, nesta sessão será descrito as linhas de crédito desses programas bem como suas principais características e também como é seu funcionamento.

Na seqüência, no capítulo IV, foi feita uma análise mais quantitativa de dados obtidos através de pesquisas realizadas por instituições ligadas ao comércio exterior e ao governo, além também de serem analisados os desembolsos anuais dos programas de financiamento às exportações (PROEX e BNDES-Exim) com relação ao valor das exportações brasileiras.

Por fim, no capítulo V, foram apresentadas as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO II

2 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICO.

Neste capítulo serão apresentados os aspectos teóricos envolvidos no sistema de financiamentos às exportações. No primeiro momento serão explicitados os determinantes da exportação, bem como o desempenho atual das exportações brasileiras. Após serão apresentadas as razões e a importância do financiamento às exportações diante dos riscos no comércio exterior. Seguindo com uma breve descrição histórica dos financiamentos brasileiros às exportações. E também as principais instituições de apoio ao comércio exterior que estão direta ou indiretamente envolvidas com o financiamento às exportações.

2.1 DETERMINANTE DAS EXPORTAÇÕES

A literatura do comércio internacional origina-se com a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, editada em seu livro “*Riqueza das nações*” de 1776, em que um país teria vantagem sobre o outro na produção de um determinado bem, visto que seu custo de produção é menor. O país se especializa na produção daquele bem em que possui vantagem absoluta.

A teoria das vantagens absolutas não tem sustentabilidade, visto que Adam Smith não explica as possibilidades de trocas, para ele uma nação pobre que não tivesse nenhuma vantagem absoluta estaria condenada a morrer.

Uma nova visão de comércio internacional foi apresentada por David Ricardo, em sua obra “*Princípios da economia política e tributação*” de 1817, a teoria das vantagens comparativas, resolve o problema deixado por Adam Smith, daqueles países pobres que possuem custo de produção mais alto.

Ricardo demonstrou que os custos absolutos não são importantes, e sim os custos comparativos que determinam a vantagem de um país no comércio; e o que determina esse custo comparativo é a produtividade do trabalho. O pressuposto básico da teoria das vantagens comparativa é que só há um fator de produção, o trabalho, utilizado na produção

de bens e serviços, e que o coeficiente trabalho-produto é fixo. Deixando de lado outros fatores importantes na produtividade como o uso Capital, custos de transportes etc.

A teoria das vantagens comparativas de Ricardo, embora tenha restrições analíticas e falhas, “é uma ferramenta extremamente útil para pensar nos motivos pelos quais o comércio pode acontecer e nos efeitos do comércio internacional sobre o bem-estar nacional.” (KRUGMAN E OBSTFELD, 2005)

Conforme Krugman e Obstfeld (2005), as duas principais implicações do modelo Ricardiano, a primeira que as diferenças de produtividade desempenham um papel importante no comércio internacional e segundo que as vantagens comparativas em vez das absolutas é que importam; parecem ser confirmadas por evidências empíricas.

O livre comércio resulta numa especialização da produção, em que os países envolvidos alcançam o bem estar; a teoria das vantagens comparativas é ainda um instrumento analítico mais influente de apoio ao livre comércio.

De acordo com o argumento político a favor do livre comércio, o compromisso político com o livre comércio pode ser uma boa idéia na prática, mesmo que em princípio possa haver políticas melhores. Com frequência, os economistas argumentam que, na prática, as políticas comerciais são mais influenciadas por interesses particulares [...] na teoria, um conjunto específico de tarifas e subsídios à exportação poderia aumentar o bem estar nacional [...]. (KRUGMAN E OBSTFELD, 2005, p.165).

Com o dinamismo mundial do comércio alguns países adotam uma política de crescimento econômico voltado às exportações. A política de promoção às exportações, pode gerar um crescimento econômico para o país; com o aumento na demanda agregada na conquista de novos mercados, as empresas aumentam sua produtividade, gerando mais emprego e renda, aumentando o bem estar do país. Com as exportações é possível manter e aumentar as reservas cambiais e obter um melhor desempenho na balança comercial. Sobretudo também, viabilizando as importações, principalmente na importação de tecnologia aumentando o nível de competitividade doméstica.

Para as empresas, conforme Lopez e Gama (2002), a exportação é uma alternativa estratégica de desenvolvimento, na medida em que estimula a eficiência. O aumento na competitividade em nível mundial, provoca o aparecimento de bens e serviços cada vez melhores, resultando num constante aprimoramento do exportador para a conquista de novos clientes.

O benefício das exportações, portanto, resulta num bem estar para todos os agentes econômicos envolvidos, visto que é fundamental para captar recursos viabilizando as importações, aumentando as reservas cambiais do país, e proporcionando crescimento econômico. Bem como para as empresas que poderão expandir para novos mercados e aumentar seus lucros, e em busca de novos clientes melhoram a qualidade e a eficiência de seus produtos, ganhando assim maior credibilidade. As vantagens de uma política voltada às exportações, são citadas por Carbaugh (2004):

- * Incentivam setores nos quais os países em desenvolvimento possuem uma vantagem comparativa, tais como bens manufaturados de trabalho-intensivo;
- * Ao proporcionar um mercado maior onde vender, elas permitem às indústrias domésticas maiores possibilidades de obterem economias de escala;
- * Ao manter poucas restrições aos produtos importados, elas impõem uma disciplina competitiva às empresas domésticas que as força a aumentar a eficiência.

2.1.1 Desempenho das Exportações

Com o significativo peso das exportações na economia de um país, cabe ressaltar, neste momento, o desempenho das exportações brasileiras, que nesses últimos anos está obtendo resultados de destaque no cenário econômico, atingindo o patamar histórico em 2005 na evolução das exportações, um recorde de 118 bilhões de dólares (MDIC, 2005).

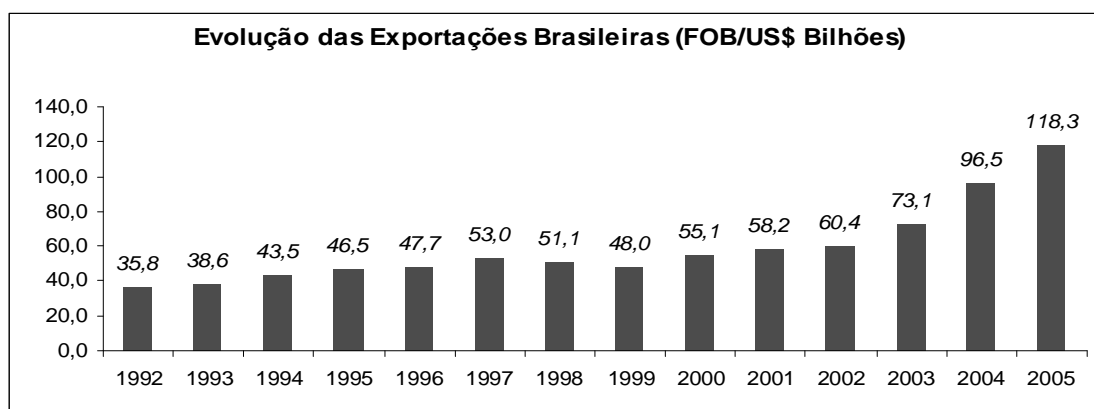
Observamos no gráfico 01 a evolução das exportações nos últimos 14 anos, no ano de 1998 houve uma queda no valor exportado em relação ao ano anterior de 53 bilhões para 51 bilhões, seguido por uma queda ainda maior em 1999 chegando ao patamar de 48 bilhões, uma das principais razões dessas quedas foi devido à crise cambial brasileira de 1998 e 1999. Dois fatores explicaram a crise de 1999 na economia brasileira, e consequentemente a queda das exportações:

O primeiro foi o choque adverso dos preços relativos: entre os meses de janeiro de 1997 e janeiro de 1999 – quando ocorreu a desvalorização –, o índice de preços dos produtos básicos e semimanufaturados exportados pelo Brasil caiu 15% e 17%, respectivamente. O segundo foi o fechamento dos mercados

internacionais de crédito, após a crise da Rússia, em agosto de 1998. A estratégia brasileira pressupunha que o país teria tempo para fazer os ajustes necessários, enquanto o resto do mundo financiava um desequilíbrio temporariamente elevado do Balanço de Pagamentos. O choque de preços fez esse desequilíbrio se tornar ainda maior. (AVERBUG e GIAMBIAGI, 2000, p. 11)

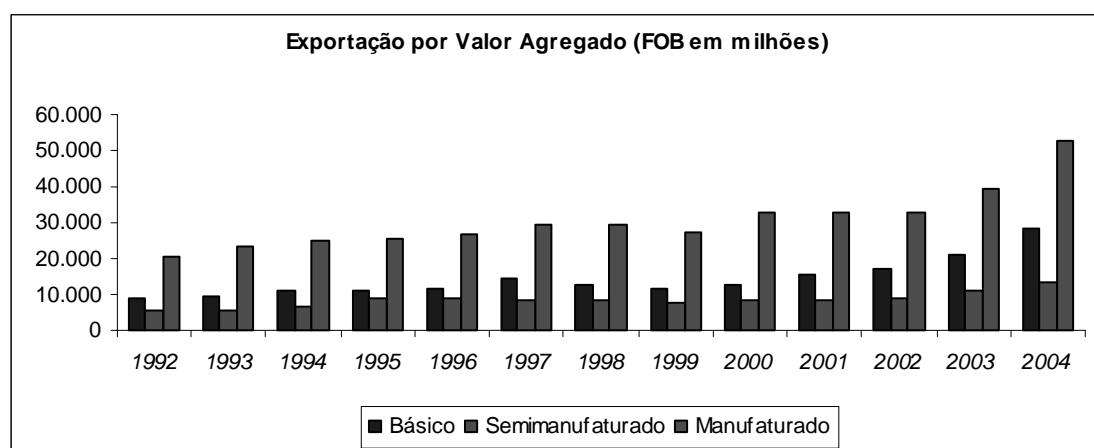
Nos anos de 2003, 2004 e 2005 as exportações vêm crescendo a níveis bastante significativos. As exportações têm sido beneficiadas, conforme Moreira, Tomich e Rodrigues (2006, p.16), pelo(a) *i*) pelo aumento de preços internacionais de *commodities* (embora esses tenham sofrido contração no período mais recente); *ii*) retração do mercado interno; *iii*) pelos ganhos de competitividade no agronegócio associados a ganhos de escala (área plantada), salários reais mais baixos e melhorias técnicas (novas sementes); *iv*) recuperação econômica da Argentina; *v*) aumento das vendas para novos mercados, com destaque para a China; e *vi*) desempenho dos mecanismos internos de promoção de exportações.

Gráfico 01



Fonte: MDIC/SECEX - Elaboração do autor

Gráfico 02



Fonte: MDIC/SECEX - Elaboração do autor

No Gráfico 02 podem ser analisadas as exportações por valor agregado no período de 1992 ao ano de 2004. As exportações de manufaturados, produtos industrializados de maior valor agregado, vêm tendo destaque nos últimos anos atingindo em 2004 um valor exportado de 52.948 milhões de dólares, 33,5% acima no ano anterior.

Os produtos básicos agrícolas também vêm mantendo uma tendência acentuada de crescimento ao longo dos anos, em 2004 atingiu 28.518 milhões de dólares exportados, 37,4% acima em relação a 2003.

Os produtos semimanufaturados possuem um menor volume de exportação e vêm mantendo uma tendência constante ao longo da década de 90. Em 2004 houve um crescimento de 22,7% em relação a 2003, atingindo 13.431 milhões de dólares.

Pode-se destacar o aumento de produtos exportáveis de maior valor agregado nas exportações brasileiras (manufaturados), podendo assim afirmar que quanto mais indústrias, maior se torna a necessidade de um financiamento às exportações, visto que o exportador terá que transformar e agregar maior valor ao seu produto antes de exportar. Cabe aqui ressaltar que os produtos básicos agrícolas não são elegíveis nos financiamentos.

Em um seminário na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), de acordo com o artigo do Valor Online de julho de 2002, o presidente da Embraer, na época, Maurício Botelho fez referências sobre a importância do financiamento às exportações:

*"Todos ficaríamos de água na boca ao ver como aquelas indústrias são suportadas", afirmou o diretor-presidente da Embraer, Maurício Botelho, em referência ao apoio do governo canadense às empresas locais - Brasil e Canadá travam uma disputa há anos na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o apoio dos respectivos governos à Embraer e à canadense Bombardier. Botelho disse que, no Canadá, há mais garantias de empréstimos, financiamentos às **exportações** e ao desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo, Botelho reconheceu a importância do **Proex**, sem o qual, disse ele, não haveria **exportações** de aviões brasileiros. (OTUKI, Alexandre, 2002)*

Neste aspecto pode-se reafirmar da necessidade de financiamento às exportações, tanto na produção como na comercialização do bem exportável. Ao captar recursos para exportação a taxa de juros baixa, minimiza o custo financeiro, e maximiza a sua competitividade no mercado internacional.

Entretanto, mesmo com o bom desempenho das exportações brasileiras, o Brasil enfrenta algumas dificuldades no processo de exportação. As empresas brasileiras ainda competem em situação de desvantagem em relação às concorrentes internacionais.

Conforme pesquisa realizada pelo CIN (2002), os problemas e dificuldades vão desde burocracia alfandegária, sistema tributário, os custos de portuário e de transporte internacional, políticas econômicas, até o difícil acesso ao financiamento à exportação, entre outros entraves.

O governo brasileiro vem dinamizando nesta última década sua política de comércio exterior, desenvolvendo programas e incentivos que visam resolver a maioria dos entraves do comércio exterior. O desenvolvimento de um setor exportador mais dinâmico e integrado ao mercado mundial atende também ao objetivo de fortalecer o mercado interno, pois funciona como poderoso instrumento para elevação da produtividade e eficiência das empresas brasileiras. (site BNDES, 2006).

2.2 RAZÃO PARA O FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

2.2.1 Riscos do Comércio Exterior

O comércio exterior entre países consiste em um país exportador vender uma determinada mercadoria a um país importador. Contudo, essa transação comercial pressupõe um *dilema fundamental* nas negociações entre o exportador e o importador, em que ambos os países falam muitas vezes idiomas diferentes, possuem cultura, religião e estrutura política econômico-social distintas, além de uma distância que os separa (EITEMAN, STONEHILL e MOFFETT, 2000, p. 422).

Os riscos com o não cumprimento das obrigações nas transações internacionais é uma importante preocupação tanto para os exportadores, no que diz respeito ao pagamento da mercadoria, bem como para os importadores na questão do recebimento da mercadoria nas condições previamente estabelecidas.

É importante também ressaltar o risco cambial¹ inerente ao comércio exterior, visto que as transações do comércio exterior, em sua maioria são cotadas em dólar.

As vendas ao exterior são usualmente cotadas em dólar. Outras moedas conversíveis, como marco alemão, o iene, a libra esterlina, também podem ser utilizadas. O exportador recebe, porém, o pagamento em reais. Em suas transações como o

¹ A exposição do risco cambial poderá ser protegida pela técnica de *hedge*, sendo o pagamento garantido de uma quantia específica em uma data particular, sendo que alguns documentos requeridos nos financiamentos como a letra de câmbio, é fundamentado pelo *hedge* efetivo.

exterior, o exportador depara-se, portanto, com a possibilidade de riscos cambiais, ou seja, uma mudança na taxa de câmbio pode afetar a quantia a ser recebidas em reais. (MORAES e BRANDI, 2001. p. 120).

Ou seja, uma apreciação do Real em relação ao dólar (aumento na taxa cambial), permanecendo tudo mais constante, uma apreciação da moeda brasileira torna seus bens mais caros para os estrangeiros, diminuindo assim sua competitividade no comércio internacional. Em termos de valor recebido pelas exportações, já realizadas, aumenta a quantidade recebida em Reais.

Ao contrário, se houver uma depreciação do Real em relação ao Dólar (diminuição na taxa cambial), permanecendo tudo mais constante, uma depreciação do Real, torna os bens brasileiros mais baratos para os estrangeiros, aumentando assim a competitividade no comércio mundial. E em termos de valor recebido pelas exportações, já realizadas, diminui em relação ao Real. Ganhando assim, apenas com economia de escala.

Outro problema enfrentado pelo comércio exterior envolve a defasagem de tempo durante o qual os fundos ficam atrelados enquanto a mercadoria está em trânsito (EITEMAN, STONEHILL e MOFFETT, 2000, p. 423). Com isso os bancos e outras instituições financeiras fornecem financiamento às mercadorias na fase de comercialização (mercadoria em trânsito), bem como na fase de produção.

Os riscos são diminuídos ou até eliminados por intermédio dos bancos e instituições financeiras que ao financiar as exportações solicitam garantias para o empréstimo. Alguns documentos² como a carta de crédito, a letra de câmbio, conhecimento de embarque, conhecimento de origem, documento de seguro, declaração de exportação, além de outros documentos necessários pra qualquer transação de comércio exterior, são exigidos nas operações financiadas fornecendo garantias e diminuindo os riscos nas negociações internacionais.

2.2.2 O sistema de financiamento

Os sistemas de financiamento à exportação, têm uma significativa importância a promoção das exportações, bem como ao comércio internacional de cada país. Visto que as exportações geram um aumento de reservas para os países. Portanto, os governantes atuam fortemente para desenvolver e apoiar os sistemas creditícios às exportações.

² Para revisão literária desses documentos ver capítulo 20 de Eiteman, Stonehill e Moffett, (2000).

Os governantes países industrializados voltados às exportações possuem instituições financeiras que oferecem algum tipo de crédito subsidiado a seus exportadores nacionais. Essas instituições financeiras de exportação fornecem prazos que são melhores do que geralmente disponíveis no competitivo setor privado. [...] as instituições mais importantes geralmente oferecem garantias de crédito e um banco apoiado pelo governo para financiar as exportações. (EITEMAN, STONEHILL e MOFFETT, 2000, p. 422).

De acordo com Brander e Spencer (1985 *apud* Moreira, Tomich e Rodrigues, 2006) a escolha apropriada de um financiamento poderá aumentar a riqueza do país exportador, tendo em vista, que o lucro gerado pela empresa exportadora excederia os custos do financiamento. Não existindo consumo doméstico nessa situação simplificada, levando em consideração que o bem estar dos produtos domésticos é o único determinante da riqueza do país. Na hipótese, também, não houve efeito acentuado do financiamento em outros setores da economia. Em parte esse aumento de riqueza surge porque a redução da produção da firma estrangeira reduz o preço do mercado resultando um adicional financiado à produção doméstica.

No Brasil atualmente contamos com três principais mecanismos de financiamento às exportações BNDES-exim e PROEX (públicos) e o ACC/ACE (privado).

As operações de financiamento às exportações brasileiras poderão ser distintas, no que se refere à concessão do financiamento, e quanto ao beneficiário do crédito. Essas distinções se fazem necessário devido a várias implicações, principalmente no que diz respeito ao risco do financiador ou seguro, na decisão de concessão ou não do crédito, taxas de juros, prazos, custos, entre outros fatores. Os financiamentos às exportações poderão ser concedidos de duas maneiras:

 } Pré-Embarque – O crédito é concedido na fase de produção da mercadoria exportável. Adiantando recursos para aquisição de fatores de produção. (BNDES-Exim Pré-embarque, BNDES-Exim Pré-embarque especial, ACC).

 } Pós-Embarque – O crédito é concedido na fase de comercialização da mercadoria. Neste caso a confiança do financiador ou segurador é relativamente maior que no caso do pré-embarque, visto que a mercadoria já foi embarcada. (BNDES-Exim Pós-embarque, PROEX, ACE).

Outra distinção é quanto ao beneficiário do crédito, por sua vez poderá ser *supplier`s credit* (crédito ao exportador), em que o crédito é direcionado ao vendedor da mercadoria exportada. É um refinanciamento, visto que, o vendedor utiliza seu

financiamento para financiar o comprador da mercadoria. Quanto ao crédito fornecido ao comprador, este por sua vez é considerado *buyer's credit* (crédito ao importador).

Os financiamentos asseguram a estabilidade às empresas exportadoras ante as flutuações do mercado e amortecem o impacto das crises externas em determinados momentos. Ressaltando o aumento de segurança quando se dispõe de algum apoio do governo, (NEVEN E SEABRIGTH,1995. *apud* Moreira, Tomich e Rodrigues, 2006).

2.2.2.1 ACC e ACE

O ACC ou ACE são sistemas privados de financiamentos, que têm como objetivo antecipar os recursos ao exportador, nas modalidades pré-embarque (ACC) e pós-embarque (ACE). Conforme ressalta Castro (2002), tanto o ACC quanto o ACE, são muito utilizados pelos exportadores brasileiros, pelo fato de estarem presentes na maioria das operações de financiamento às exportações.

O ACC é uma antecipação do pagamento à empresa exportadora, em moeda nacional, antes do embarque da mercadoria. O ACC, portanto, é um empréstimo baseado numa promessa do exportador entregar no futuro, após o embarque da mercadoria, divisas (saques) da exportação (CASTRO, 2002).

O ACE é uma antecipação de recursos ao exportador, também em moeda nacional, mas o recurso é liberado após o embarque da mercadoria. O ACE diferente do ACC, não se baseia na promessa do exportador em entregar as divisas no futuro; ele ao antecipar o crédito no presente ao exportador já é efetuada a entrega das divisas de exportação.

Para Brandi e Morais (2001), o ACC e o ACE têm como objetivo “prover recursos ao exportador para que possa fazer face às diversas fases do processo de produção e comercialização da mercadoria a ser exportada, constituindo-se, assim, num incentivo à exportação”.

Conforme Castro (2002), “[...] as importâncias geradas através de operações de ACC ou ACE poderão ser utilizadas para financiar a produção de exportáveis, a aquisição de matéria-prima, a produção destinada ao mercado interno e até mesmo a aplicação no mercado financeiro”.

O valor do crédito nas modalidades de ACC ou ACE será negociado entre os exportadores e o banco que concederá o financiamento, podendo atingir até 100% do valor das exportações.

O prazo de financiamento para ACC é de até 360 dias antes do embarque da mercadoria, com base na venda negociada com importador. O ACE tem um prazo de 180 dias após o embarque da mercadoria, limitado ao prazo de pagamento do importador.

Os sistemas públicos de financiamentos (PROEX e BNDES-Exim), serão detalhados no próximo capítulo. Os financiamentos às exportações são importantes para o incremento e incentivo à exportação, diante da realidade de um mundo globalizado, exigindo atenção dos governantes para que tornem as empresas mais competitivas num cenário mundial de profundas mudanças.

2.3 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

A política de financiamento às exportações brasileiras foi instituída no final da década de 60, com o objetivo de aumentar e diversificar as exportações, contudo sem alterar a estrutura de barreiras às importações, um elemento central da política de desenvolvimento industrial por substituição de importações (VEIGA E IGLESIAS, 2003).

Um importante passo da política de apoio às exportações, foi à criação em 1966, do Fundo de Financiamento à exportação (FINEX). Conforme Veiga e Inglesias (2003) o FINEX tinha como objetivo o financiamento das vendas externas de bens de capital e de bens de consumo duráveis. As linhas com maiores participações eram as de financiamento pós-embarque, a equalização das taxas e o financiamento direto ao exportador com recursos do FINEX.

A partir da década de 80 as políticas de estímulo às exportações, principalmente a política de financiamento, foram interrompidas, diante das restrições financeiras e da deteriorização do quadro macroeconômico brasileiro. Nesta época considerada por vários autores de década perdida, a preocupação do governo era combater as altas inflações, sendo prioridade na política econômica do país. Somente nos anos 90 o Brasil volta a sinalizar políticas de comércio exterior.

Com abertura comercial brasileira ao resto do mundo na década de 90, o Brasil se insere na nova dinâmica econômica global, viabilizando políticas de valorização a atividade do comércio exterior, reorganizando o sistema de financiamento e seguro às exportações. Os principais componentes do processo de reestruturação da política de Comércio exterior na década de 90 citados por Veiga e Iglesias (2003) foram:

- os movimentos voltados para desoneração tributária das exportações

- restabelecimento de mecanismos públicos de ampla abrangência, na área de financiamento às exportações com PROEX e BNDES-Exim, e de prestação de garantias aos créditos concedidos (SBCE e FGPC).

- reorganização das estruturas institucionais de promoção comercial strictu sensu, com a criação de uma Agência de Promoção (APEX), vinculada até 2002 ao Sebrae.

- os esforços para redução do “Custo Brasil”, identificando como conjunto de fatores sistêmicos regulatórios e infra-estruturais que oneram os investimentos, a produção e as exportações.

O governo lança dois programas, restabelecendo as linhas de créditos às exportações, o FINAMEX³ operacionalizado pelo BNDES, voltado para o setor de bens de capital, e o PROEX gerenciado pelo Banco do Brasil S.A, que vem substituir as antigas linhas de crédito do FINEX. Apesar disto, as linhas de crédito privado às exportações, o ACC/ACE, continuaram a desempenhar seu papel no apoio às exportações. Além dos mecanismos de crédito, foi também uma preocupação do governo o sistema de garantia de crédito voltado às operações de exportação, instituindo assim a Seguradora Brasileira de Crédito às Exportações (SBCE). Todos esses mecanismos, tanto o de crédito como o de seguro, se consolidaram ao longo do período e na década seguinte.

2.4 ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

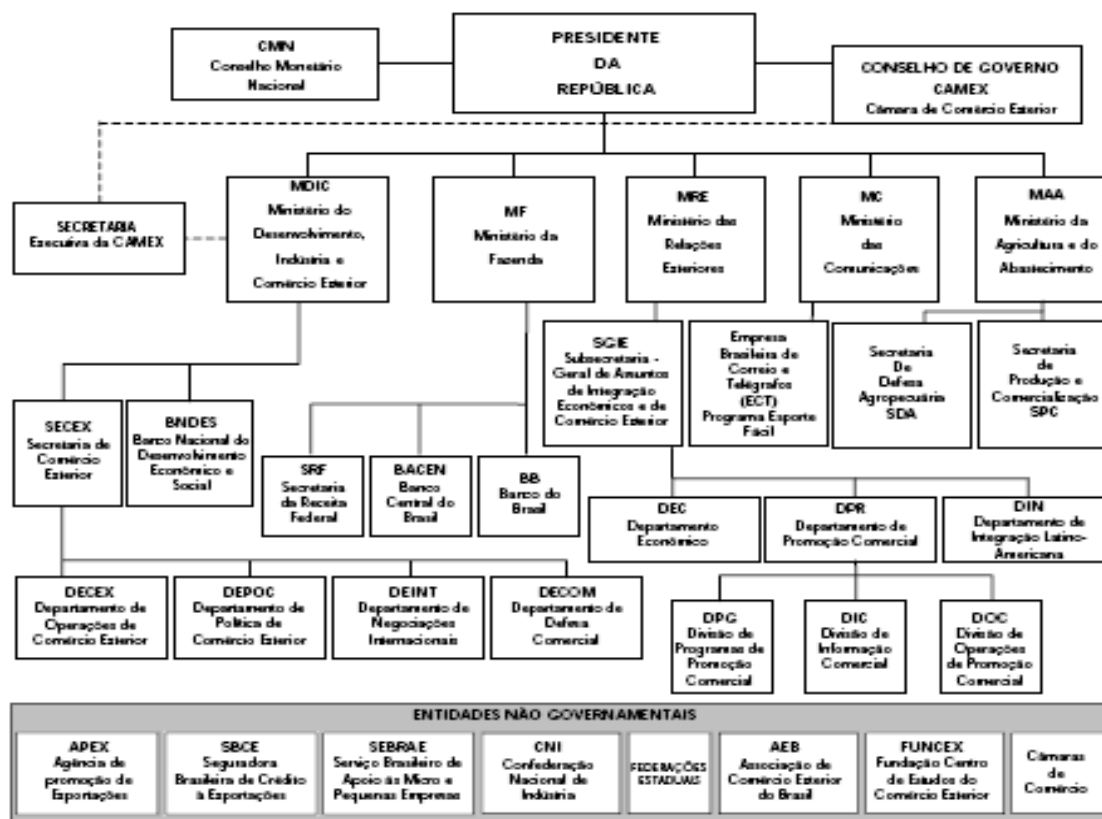
A década de 90 foi marcada pela reorganização da estrutura do comércio exterior brasileiro. Na figura 01 é apresentado um organograma da atual estrutura dos órgãos que tem atuação no comércio exterior.

Com a criação de novos órgãos nos anos 90, a gestão da política de apoio ao comércio internacional tornou-se mais dinâmica e otimizada, dividindo funções entre ministérios, secretárias, departamentos, bancos e órgãos não governamentais, que promovem incremento ao programa de promoção às exportações⁴. Destacaremos os principais órgãos de suporte e apoio aos mecanismos de financiamento e seguros às exportações. E também, o Banco do Brasil e o BNDES que além de órgão de apoio do governo são agentes financiadores.

³ Atual BNDES-Exim

⁴ Para revisão literária das políticas de promoção as exportação ver Veiga & Iglesias (2003)

Figura 01: Organograma da Estrutura do Comércio Exterior



Fonte: MRE-Braziltradenet

2.4.1 Câmara de Comércio Exterior

A CAMEX é um órgão integrante do conselho de governo foi criada em 6 de janeiro de 1995 pelo Decreto nº 138, e tem como objetivo formular políticas e coordenar as atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços.

Dentre as competências que foram redefinidas pelo Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, cabe aqui destacar uma delas:

σFixar diretrizes para a política de financiamento das exportações de bens e de serviços, bem como para a cobertura dos riscos de operações a prazo, inclusive as relativas ao seguro de crédito às exportações.

A CAMEX coordena também um Programa Especial de Exportação (PEE) que foi lançado em 1998 e tem como objetivo interligar o setor produtivo ao governo, visando aperfeiçoar os instrumentos, estimular e dar agilidade as atividades exportadoras.

A partir do decreto nº 4993 de 18 de fevereiro de 2004, instituiu-se o COFIG - Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, colegiado integrante da CAMEX. O COFIG unifica as atribuições que pertenciam ao Comitê de Crédito às Exportações – CCEX e ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, agilizando o atendimento aos exportadores nas operações de financiamento e garantia para exportação.

Conforme diretrizes traçadas pela CAMEX na resolução nº 07, de 04 de março de 2004, o COFIG tem a responsabilidade de examinar e enquadrar as operações, do PROEX-financiamento ou PROEX-equalização; relativo às garantias admitidas, os limites de apoio, setores ou destinos prioritários, contrapartidas solicitadas aos países importadores e controles da disponibilidade orçamentária de cada um dos programas.

2.4.2 Ministério do desenvolvimento da indústria e comércio exterior

O MDIC instituiu-se conforme a Medida Provisória nº 1.911-8, de 29/07/1999 - DOU 30/07/1999, e tem como competência, além de políticas de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços; políticas de comércio exterior; regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior.

O MDIC conta com a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) que tem como uma de suas funções, formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação; propor medidas, no âmbito das políticas fiscal e cambial, de financiamento, de recuperação de créditos à exportação, de seguro, de transportes e fretes e de promoção comercial.

Compondo sua estrutura, a SECEX conta com quatro departamentos, um deles é o Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX) que por sua vez, tem como uma de suas competências: Opinar sobre normas para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); além de fiscalização e regulamentação do sistema de crédito das exportações.

O MDIC ainda conta com instrumentos de apoio e incentivo às exportações como os sites do Portal do Exportador (www.portaldoexportador.gov.br) com informações do comércio exterior, onde o exportador pode esclarecer dúvidas sobre como exportar; e a Vitrine do Exportador (www.exportadoresbrasileiros.gov.br) um site de incentivo às exportações em que os exportadores expõem gratuitamente seus produtos facilitando o contato com importadores estrangeiros.

2.4.3 Ministério das relações exteriores

O MRE é conhecido como Itamaraty, responsável por assessorar o Presidente da República na formulação e execução da política externa brasileira. Dentro da sua estrutura diplomática, possui o Departamento de Promoção Comercial (DPR), subordinado a Subsecretaria Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, e tem como função, orientar e controlar as atividades de promoção comercial no exterior.

O Departamento de Promoção Comercial do MRE apóia as exportações brasileiras, no sentido de divulgação de oportunidades comerciais como eventos (feiras e exposições internacionais, missões empresariais, seminários), investimentos e transferência de tecnologia, com intermédio da Rede Brasileira de Promoção Comercial a *Braziltradenet*.

2.4.4 Seguradora brasileira de crédito às exportações S/A

A SBCE foi instituída pelo Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, para atuar no seguro de crédito às exportações. Uma companhia privada sob forma de sociedade anônima, com participações acionárias da *Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur* (COFACE), grupo francês de seguro, e de bancos brasileiros incluindo o BB e BNDES.

A cobertura da SBCE garante os riscos das comerciais de bens de consumo duráveis e bens de capital com prazo acima de 180 dias e até 2 anos. Todavia, os riscos políticos e extraordinários, independente do prazo e os riscos comerciais superiores a 2 anos, são garantidos pelo Governo Federal através do Fundo de Garantia às Exportações (FGE), criado pela lei nº 9.818, de agosto de 1999, possui natureza contábil sendo vinculado ao Ministério da Fazenda.

As apólices emitidas pela SBCE têm grande confiabilidade no mercado, sendo amplamente aceitas pelos bancos na garantia dos financiamentos às exportações, garantindo o recebimento das divisas. (MORAIS e BRANDI, 2001).

2.4.5 Banco de desenvolvimento econômico e social

O BNDES foi instituído pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952 como uma autarquia federal. A partir de 21 de junho de 1971, pela Lei nº 5.662 o BNDES é um órgão vinculado ao MDIC, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com

personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. De acordo com Fortuna (1999), os objetivos básicos são:

- σImpulsionar o desenvolvimento econômico e social do País;
- σFortalecer o setor empresarial;
- σAtenuar os desequilíbrios regionais, criando novos pólos de produção;
- σPromover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços;
- σPromover crescimento e diversificação das exportações.

O BNDES conta com um conjunto de programas de fomento para contribuir para o desenvolvimento do país. A agência especial de financiamento (FINAME), é uma das subsidiárias do Banco e é responsável pela linha do BNDES-exim que visa ao financiamento às exportações por intermédio de bancos e outras instituições financeiras credenciadas, promovendo o crescimento e a diversificação das exportações de bens e serviços brasileiros. Além disso o BNDES gerencia o Fundo de Aval ou Fundo de Garantia de Promoção de Competitividade (FGPC), esse fundo foi criado em 1997, garante parte dos riscos de crédito das instituições financeiras na concessão de investimento e financiamento à exportação.

As linhas de financiamento disponíveis do BNDES-Exim são o Pré-Embarque; o Pré-Embarque Curto Prazo; o Pré-Embarque Especial e o Pós Embarque que serão descritas mais detalhadamente no capítulo seguinte.

2.4.6 Banco do Brasil

O BB foi criado em 1808 pelo Rei D. João VI, participando da história, da cultura e do desenvolvimento brasileiro. É uma instituição financeira de economia mista e que sempre participou ativamente da economia brasileira. Atuando como agente financeiro da União é um dos principais fomentadores do comércio exterior.

Com a criação em 1998 do Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI), o BB garante condições para uma melhor competitividade dos exportadores brasileiros no mercado internacional, incluindo desde treinamentos e consultorias em negócios internacionais até opções do financiamento como ACC/ACE e PROEX. (BB é o agente exclusivo do PROEX).

CAPÍTULO III

3 MECANISMOS PÚBLICOS DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

3.1 PROEX – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Os sistemas de financiamento às exportações estão ligados ao sucesso das empresas exportadoras tornando as condições financeiras para a compra de seus produtos e serviços mais atrativo no comércio internacional. Pode-se então afirmar que um dos determinantes na decisão de compra são as condições creditícias, visto a similaridade nos demais aspectos de um mesmo produto ofertado. Conforme Castro (2002, p.07), “no cenário mundial, as exportações de determinados produtos tornam-se mais viáveis quando são apoiadas por financiamentos concedidos a taxa de juros compatíveis com as praticadas no mercado mundial.”

O governo federal diante de sua constante preocupação com o amparo financeiro às exportações, em junho de 1991, regulamenta o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Este absorveu as linhas de crédito ainda ativas do antigo FINEX e reintroduziu o sistema de equalização de taxas de juros, apoiando assim às exportações de bens e serviço. Desta forma, proporciona condições de financiamento realistas com as praticadas internacionalmente, aumentando a competitividade das empresas, otimizando sua entrada e permanência no mercado mundial.

O princípio normativo do PROEX está descrito na lei nº 10.184⁵, de 12.02.2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens e serviços nacionais, regulamenta as operações de crédito realizadas pelo PROEX e revoga a lei 8.187, de 01.06.1991, que instituiu o programa.

⁵ Ver legislação no site: <http://www.planalto.gov.br>

No sentido normativo, cabe ressaltar o papel do COFIG⁶ em sua responsabilidade de examinar e enquadrar as operações, tanto no PROEX-Financiamento quanto no PROEX-Equalização, de acordo com as normas do financiamento em vigor.

Os produtos e serviços financiáveis estão listados na Portaria MDIC n° 58⁷ de 10 de abril de 2002, substituindo a portaria anterior n° 374 de 21 de dezembro de 1999, listando todos os itens, dentre serviços de instalação, manutenção, máquinas e equipamentos, software, bens de consumo duráveis e não duráveis, entre outros. A lista de produtos beneficiados é bastante extensa correspondendo cerca de 90% da pauta de exportação brasileira, com exceção de *commodities* e outros produtos com pouco valor agregado.

O PROEX admite a exportação de bens não contemplados na relação de produtos elegíveis, desde que estes sejam exportados com outros bens elegíveis e que sejam de natureza conexa, operação essa chamada “pacote”. O somatório do valor das mercadorias não elegíveis não poderá exceder a 20% do somatório dos bens elegíveis.

Todavia, os gastos no país do importador, e outros serviços realizados em outros países, não são aceitos para fins de financiamento pelo PROEX em ambas as modalidades, pois não representam às exportações brasileiras (CASTRO, 2002 p. 12).

O prazo do financiamento é em regra geral de 2 meses a 10 anos, conforme o produto ou serviço a ser exportado, definido na Portaria MDIC n° 58. Os prazos são definidos de acordo com o valor agregado da mercadoria ou a complexidade do serviço prestado.

Os beneficiários do crédito PROEX podem ser empresas exportadoras brasileiras, no caso de *supplier`s credit*, e os importadores estrangeiros nas operações de *buyer`s credit*. Considerando empresas exportadoras: indústrias, *trading companies*, comerciais exportadoras, construtoras, prestadores de serviços ou entidades similares, independente do seu porte ou origem do capital, seja ele estrangeiro ou nacional. As empresas importadoras são consideradas todas aquelas localizadas no exterior, seja qual for sua área de atuação, seu objeto social e independente se for pública ou privada (CASTRO, 2002 p. 10).

Deve-se ressaltar que os beneficiários do crédito PROEX não poderão ter nenhuma pendência com a Receita Federal ou alguma dívida com a União (inscrito no CADIN), no

⁶ O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) tem com responsabilidade examinar, e avaliar as operações do PROEX e do Seguro de Crédito, conforme diretrizes e normas traçadas pela CAMEX, tais como: controle da disponibilidade orçamentária de cada um dos programas, garantias admitidas, limites de apoio, setores ou destinos prioritários e contrapartida solicitadas aos países importadores.

⁷ Ver portaria no site:
<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/portarias/ministeriais/pt58de2002proex.pdf>

caso da empresa importadora não será liberado o crédito se houver alguma inadimplência com o governo brasileiro.

As operações do PROEX são realizadas pelo Banco do Brasil, com recursos do Tesouro Nacional previstos no Orçamento Geral da União. Possuindo duas modalidades de operação, de **Financiamento** e de **Equalização das taxas de juros**.

3.1.1 PROEX Financiamento à Exportação

O agente financiador da modalidade de financiamento é exclusivamente o BB. Os recursos são advindos do tesouro nacional e liberados após as negociações entre o exportador e importador contra o recebimento da mercadoria.

A concessão de crédito pós-embarque PROEX-financiamento poderá ser direto para exportador (*supplier`s credit*), mediante desconto de títulos de créditos (*eg.* letra de câmbio) em uma agência BB, após contratada a venda externa e o embarque da mercadoria. Ou ser concedida ao importador (*buyer`s credit*), através do contrato entre a entidade estrangeira e o governo brasileiro, autorizando o crédito na conta do exportador, mediante o recebimento do bem ou serviço contratado pelo financiado.

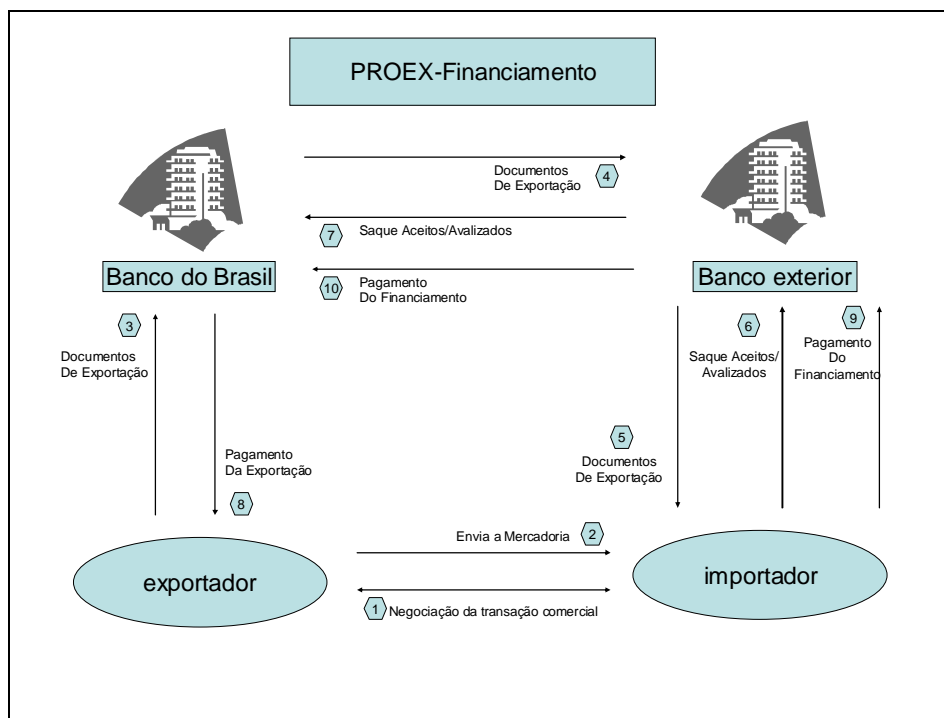
O valor financiado, em regra geral, é limitado em até 85% do valor total das exportações. Em situações excepcionais, principalmente em exportações de pequenas e médias empresas o valor financiado poderá ser de 100% do valor exportado para pagamento no prazo de 2 anos.

Além disso, a utilização do percentual financiado de 85% ou de 100% para definir o valor a ser financiado, somente terá como base de cálculo o valor integral das exportações, se a mercadoria a ser exportada tiver índice de nacionalização igual ou maior que 60%. Não sendo atingido esse nível percentual, o valor do financiamento equivalerá à aplicação de 85% ou 100% sobre a soma do índice de nacionalização mais 40 pontos percentuais. (CASTRO, 2002, p.15)

O pagamento será feito em dólar ou moeda de livre conversibilidade, as taxas de juros cobradas são as praticadas no mercado, sendo que o pagamento pelo importador poderá ser em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, e em operações de curto prazo admite-se pagamento único ao final da operação (site BB, maio 2006). As garantias exigidas na modalidade financiamento, de modo assegurar o ingresso do valor das

exportações em dólar no país são: aval, fiança ou carta de crédito de instituição de primeira linha ou Seguro de Crédito à Exportação.

Figura 02: Captação dos Recursos do PROEX-Financiamento



Fonte: Elaboração Própria

O processo de exportação começa com as negociações entre o exportador e o importador, e definições do *INCOTERMS*. A captação dos recursos do PROEX-Financiamento, na Agência do BB, o exportador deverá primeiramente providenciar o RC (Registro da Operação de Crédito) emitido pelo SISCOMEX. Após o RC ser aprovado, o exportador deverá fazer o RE (Registro de Exportação), sendo este vinculado ao RC; e providenciar outros documentos de exportação necessários para remessa ao exterior para desembaraço da mercadoria; são estes abaixo relacionados:

- * fatura comercial;
- * saques de principal e juros;
- * conhecimento de transporte internacional;
- * certificado de origem ou outros documentos exigidos no país de destino;
- * registro de exportação-RE averbado.

Logo, com toda parte de documentação concluída, embarca-se a mercadoria, e envia a documentação através do BB para o Banco exterior, que encaminha ao importador. O importador, por sua vez, remete através do Banco exterior para o BB os saques aceitos e avalizados. Com todo esse tramite de documentação o BB providenciará o pagamento ao exportador. E por fim, o pagamento do financiamento será feito na data de vencimento pelo importador ao Banco exterior que remessará ao BB.

3.1.2 PROEX Equalização das Taxas de juros

O PROEX-Equalização tem como objetivo, conforme Moreira, Tomich e Rodrigues (2006), “[...] cobrir a diferença entre a taxa de juros do financiamento e o custo de captação dos recursos correspondentes”.

O financiamento é concedido ao exportador ou ao importador por instituições financeiras, cabendo ao BB/PROEX com os recursos do Tesouro Nacional o pagamento de parte dos juros, tornando-se os custos dos financiamentos equivalentes aos praticados no mercado internacional.

As operações realizadas na modalidade de equalização da taxa de juros são realizadas em moeda estrangeira, exclusivamente. Tendo em vista os altos custos para as instituições financeiras captar os recursos no exterior necessários para financiar as exportações brasileiras, e visto também que os valores aprovados pelo PROEX são em Reais; o custo total para captar esses recursos no exterior é maior que os custos cobrados nos financiamentos à exportação. Por essa razão, o PROEX equaliza (paga) ao banco ou instituição financeira, captador do recurso e financiador um percentual fixo anual, definidos conforme o prazo do financiamento. (CASTRO,2002)

Sendo assim, os beneficiários da equalização são os bancos múltiplos, comerciais de investimentos e de desenvolvimento, como também o BNDES-Exim. O exportador não recebe os recursos diretamente, é beneficiado pela redução da taxa de juros.

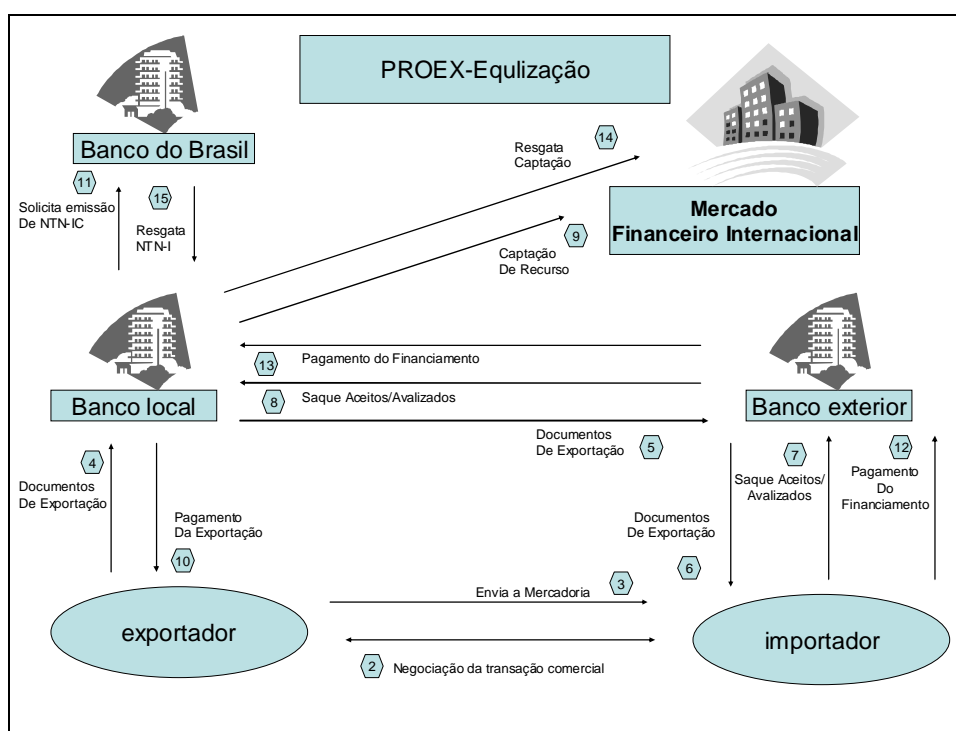
Conforme Castro (2002), a modalidade de equalização de taxas de juros, as exportações de bens e serviços podem ser financiadas em 100% do seu valor. A operação de equalização poderá ser *buyer`s credit*, ou seja, uma instituição de crédito no exterior, com direito de equalização, financia o importador que por sua vez, deve pagar a vista ou antecipado ao exportador brasileiro. Ou poderá ser *supplier`s credit*, primeiramente o exportador concede um prazo para o pagamento do importador, logo uma instituição

financeira brasileira capta recursos do exterior, e reefinancia o exportador mediante descontos de títulos no valor das exportações.

O pagamento da equalização é feito pela emissão de Notas do Tesouro Nacional série I (NTN-I), resgatáveis na data do vencimento dos juros do financiamento. O pagamento dos juros é feito semestralmente, sendo que a carência nesta modalidade de financiamento é 6 meses após o embarque da mercadoria. Os percentuais máximos de equalização variam de 0,5% a 2,5% ao ano, com prazo de até 10 anos.

Na modalidade de equalização as garantias são estabelecidas pelo banco financiador da exportação.

Figura 03: Captação dos Recursos do PROEX-Equalização



Fonte: Elaboração Própria

A operacionalização da modalidade de equalização, como a modalidade de financiamento, começa com as negociações entre o exportador e o importador. Primeiramente o exportador preenche o RC (Registro de Operação de Crédito) no SISCOMEX, logo emite o RE (Registro de Exportação), este vinculado com ao RC. A mercadoria é enviada após aprovado os Registros e encaminha-se toda a documentação das exportações necessárias para o desembaraço da mercadoria e os saques. O importador emite saques aceitos e avalizados pelo banco exterior para o banco local. Paralelamente, o

Banco local capta recursos no mercado financeiro internacional, e após receber os aceitos e avaliados, concede o pagamento ao exportador. Após, o Banco local formaliza com o BB para a emissão das NTN-I, nominativa, endossável e alienável, referente à equalização. Nos prazos de vencimento o importador paga a operação ao seu banco no exterior que repassa ao Banco local, este por sua vez, liquida a captação externa junto ao mercado internacional, e a seguir resgata o pagamento da equalização.

3.2 BNDES-EXIM

Com o objetivo de estimular e aumentar a competitividade das exportações brasileiras o BNDES, concede aos exportadores um Programa de Financiamento o BNDES-Exim, criado em novembro de 1990. Os recursos do BNDES-Exim são provenientes do PIS/PASEP, por meio do FAT, são recursos públicos, mas não do Orçamento da União, diferente do PROEX.

Sendo assim, o conselho do BNDES, como gestor dos recursos do FAT, possui maior liberdade nas decisões sobre os recursos a serem disponibilizados no financiamento às exportações, estabelecendo as condições necessárias. (MOREIRA, TOMICH E RODRIGUES, 2006).

O programa começou apenas com a modalidade de financiamento Pré-embarque, atendendo apenas exportadores de grandes empresas e de bens de capital. Mas ao longo dos anos 90, depois de uma reorganização criaram novas modalidades de financiamento a Pós-embarque em 1992 e a Pré-embarque especial em 1997, e também ampliaram suas linhas de financiamento as micro, pequenas e médias empresas.

O BNDES realiza as operações de financiamento as exportações em parceria com 76 instituições financeiras credenciadas⁸, que operam no país, entre elas bancos comerciais, bancos múltiplos, banco de desenvolvimento e investimento e financeiras.

Os produtos a serem financiados estão listados e classificados em três grupos na carta circular n° 73/2005⁹ de 27 de dezembro de 2005. O índice de nacionalização para obter o financiamento através do BNDES-Exim deverá ser igual ou superior a 60% do valor de exportação.

⁸ Relação das instituições credenciadas ao BNDES disponível anexo 01

⁹ Carta Circular n° 73/2005 disponível em: www.bndes.gov.br/produtos/download/Rel_prod.pdf

3.2.1 BNDES-Exim Pré-Embarque

Na modalidade Pré-Embarque o exportador recebe o financiamento na fase de produção do produto exportável. Após as negociações com importador e com devidos contratos comerciais assinados o fabricante do produto a ser financiado mediante a abertura de crédito fixo através de agentes financiadores credenciados poderá obter o crédito pela modalidade Pré-embarque do BNDES.

Os beneficiários dessa modalidade poderão ser empresas exportadoras, de qualquer porte, constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no país. E também serão beneficiárias as empresas comerciais exportadoras, inclusive as *trading company*, os recursos serão transferidos diretamente às produtoras dos bens objeto do financiamento. O financiamento poderá ser 100% do valor exportado, salvo pagamentos de comissões de agentes, fretes, seguros e outros eventuais pagamentos antecipados.

O custo do BNDES-Exim Pré-Embarque será igual:

<p>Custo Financeiro (TJLP¹⁰) + <i>spread</i> BNDES + <i>spread</i> da Instituição Financeira Credenciada.</p>
--

Os custos Financeiros e os spreads irão variar de acordo com o porte da empresa e a classificação dos produtos de acordo com a carta circular n°73/2005⁷.

O prazo do financiamento será de até 18 meses, não podendo passar o último embarque o prazo de 12 meses. Porém esses prazos em alguns casos, poderão ser estendidos para 30 e 24 meses, mediante consulta ao BNDES. A garantia é negociada entre o agente financiador com seu cliente financiado.

3.2.1 BNDES-Exim Pré-Embarque Especial

¹⁰ TJLP foi instituída pela Medida Provisória n° 684, de 31.10.94, publicada no Diário Oficial da União em 03.11.94, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. Para mais detalhes ver site: www.bndes.gov.br/produtos/custos/juros/tjlp.asp

A modalidade de financiamento Pré-Embarque Especial consiste em estimular a maior participação de produtos no mercado externo, principalmente apoiando o aumento de produtividade e a melhoria da qualidade, bem como o financiamento do capital de giro.

Para Castro, (2002) o financiamento “BNDES-Exim Pré-Embarque Especial tem como objetivo estimular a maior participação de produtos manufaturados brasileiros no mercado externo, através da redução de seus custos financeiros e a elevação de sua competitividade externa frente aos concorrentes de outros países”.

Para ter acesso a esses financiamentos, as empresas fabricantes exportadoras devem projetar suas vendas externas para os próximos 12 meses (período para incremento), de forma a gerar incremento nas exportações, em comparação aos últimos 12 meses (período-base), incremento este que se constituirá no valor máximo a ser financiado.[...] Em outras palavras a empresa que for realista na projeção de suas externas e cumprir os compromissos de exportação assumidos, dentro do prazo fixado de 12 meses, poderá receber como prêmio a utilização dos recursos por prazo maior e pagar taxa de juros sensivelmente menor. (CASTRO, 2002, p. 114)

Os clientes desta modalidade são empresas exportadoras brasileiras de qualquer porte, com sede e administração no país. As *trading company* e empresas comerciais exportadoras, não são beneficiárias da modalidade de pré-embarque especial. Os produtos beneficiados são os mesmos da modalidade pré-embarque, relacionados na Carta-Circular nº 73/2005.

Os custos do financiamentos BNDES-Exim Pré-Embarque Especial é igual:

<p>Custo Financeiro (TJLP) + <i>spread</i> BNDES + <i>spread</i> da Instituição Financeira Credenciada.</p>

O custo financeiro e os *spreads* variam de acordo com o porte da empresa. O prazo de financiamento varia de acordo com o seu porte; 18 meses para MPME`s e até 15 meses para as grandes empresas. Podendo esse prazo ser estendido em até 30 meses se houver cumprimento integral ou parcial do incremento da exportação. As garantias são negociadas entre o agente financiador e o beneficiário do crédito.

3.2.1 BNDES-Exim Pós-Embarque

Na modalidade de Pós-embarque o exportador é beneficiado na fase de comercialização do bem ou serviço a ser exportado, objetivando assim facilitar a venda da

mercadoria no comércio internacional. O pós-embarque é um refinanciamento aos clientes, mediante o desconto de títulos de crédito (notas promissórias ou letras de câmbio) ou a cessão dos direitos creditórios (cartas de crédito) relativos à exportação.

Segundo os critérios do BNDES os produtos financiáveis deverão apresentar um nível de nacionalização igual ou superior a 60%; e estão relacionados na carta-circular nº73/2005, os produtos poderão ser financiados em até 100% no valor da exportação.

Os beneficiários do crédito pós-embarque poderão ser qualquer empresa exportadora, com sede e administração no Brasil, de qualquer porte, incluindo também as *trading company* e empresa comercial exportadora.

O custo do financiamento BNDES-Exim Pós-Embarque é igual:

$\text{Taxa de Desconto} + \textit{Spread} \text{ do BNDES} +$ $\textit{Spread} \text{ da Instituição Financeira Credenciada}$
--

A taxa de desconto cobrada é igual ao LIBOR correspondente ao prazo do financiamento negociado entre o exportador e o importador. Nas operações de bens a LIBOR utilizada será a da data de embarque das mercadorias. Na exportação de serviços, a data de referência da LIBOR será definida na análise da operação.

O *spread* do BNDES é de 1% a.a. e o *spread* da instituição financeira (agente financiador), garantidora da operação é negociada com o beneficiário do crédito.

O prazo do financiamento poderá ser de até 12 anos, devendo este prazo ser previamente constado do RC. Os títulos de crédito, notas promissórias e letras de câmbio poderão ser garantidos por Aval ou fiança bancária de instituições financeiras, carta de crédito, ou Seguro de Crédito.

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE DOS PROGRAMAS PROEX E BNDES-Exim DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

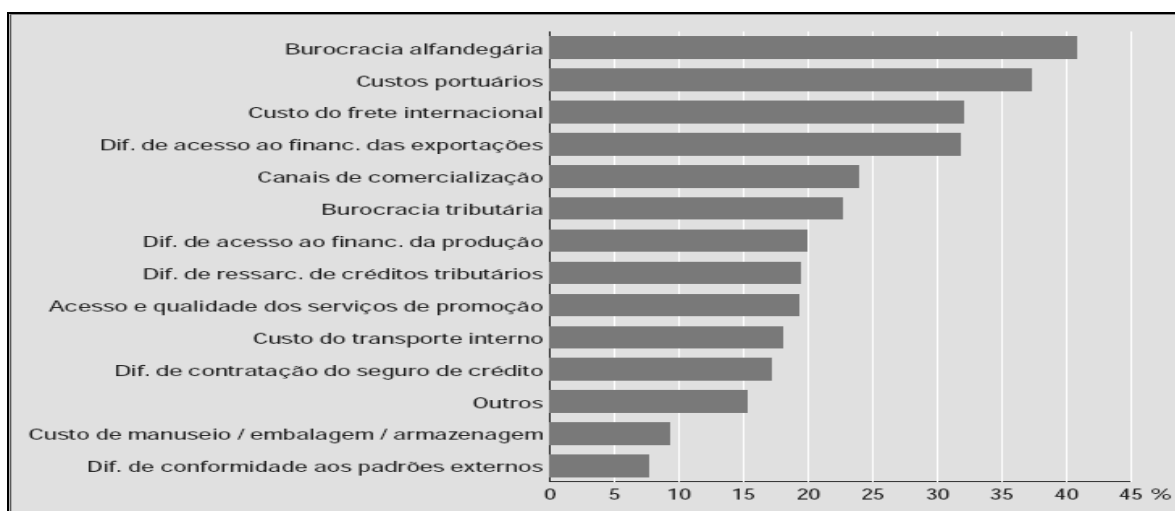
Neste capítulo, será feita uma análise do desempenho do PROEX e do BNDES-Exim, apresentando alguns estudos com intuito de abranger a real situação desses sistemas de financiamento. Será também, realizado uma análise dos desembolsos do PROEX e BNDES-Exim em relação ao valor das exportações brasileiras.

4.1 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROEX E BNDES-EXIM

Para a análise do desempenho dos programas de financiamentos às exportações, oficiais do governo brasileiro, foi feito um levantamento bibliográfico, onde foram observados fatos, que serão aqui registrados, analisados e interpretados.

As empresas exportadoras brasileiras ainda encontram alguns obstáculos na concessão de financiamentos às exportações. Conforme estudo feito pela CNI em 2002, que teve como objetivo identificar os principais entraves das exportações brasileiras contando com a participação de 882 empresas exportadoras. Na figura 04 fica ilustrado os principais entraves encontrados pelas exportadoras brasileiras.

Figura 04: Entraves à expansão das Exportações



Fonte: CIN, 2002

Como podem ser constatadas, ao observar a Figura 04, as cinco maiores dificuldades para a expansão das exportações, foram a burocracia alfandegária apontada por 40,8% das empresas consultadas, custos portuários por 37,7%, custo com frete internacional por 32% e o difícil acesso ao financiamento das exportações por 31,8% das empresas.

Colocando em foco o tema da pesquisa, constata-se um nível bastante elevado de empresas que julgam o difícil acesso ao financiamento às exportações como um obstáculo ao seu melhor desempenho no mercado internacional. Conforme CIN (2002), uma das áreas de atuação que o governo deveria priorizar em seus esforços para promoção das exportações, é as condições de financiamento à exportação, assinalado por 54% das empresas pesquisadas.

Como vimos anteriormente o Brasil conta com dois programas oficiais, o PROEX e BNDES-Exim, na Tabela 01 será analisado a posição das empresas diante dessas linhas de crédito à exportação.

Tabela 01: Posição das Empresas com Relação aos Instrumentos de Crédito (%)

	PROEX		BNDES-Exim		
	<i>Equalização</i>	<i>Financiamento</i>	<i>Pós-Embarque</i>	<i>Pré-Embarque</i>	<i>Pré-Embarque Especial</i>
Não Conhecem	29,3	20,	35,8	36,1	39,1
Utiliza	5,4	10,4	6,1	6,3	4,5
Conhece, mas não consegue utilizar	29,2	36,6	24,7	25,9	23,6

Fonte: CIN, 2002 – Elaboração Própria.

Percebemos, na Tabela 01, um resultado bastante significativo de empresas que desconhecem os instrumentos de crédito, PROEX e BNDES-Exim, variando de 20,8% a 39,1% dependendo da linha de financiamento. São poucas as empresas que utilizam os instrumentos oficiais de crédito às exportações variando de 4,5% a 10,4% de acordo com a linha de crédito. Outro dado que vale ressaltar são as empresas que conhecem os instrumentos de financiamento, mas não conseguem utilizá-lo, o índice varia entre 23,6% a 36,6% dependendo do tipo de linha de crédito.

Diante desse resultado, na tabela 02 apresentam-se as dificuldades encontradas na concessão desses financiamentos, tanto para empresas que utilizam, quanto para aquelas que não conseguem utilizar os instrumentos de créditos oficiais (PROEX e BNDES-Exim).

Tabela 02: Dificuldades na Contratação das Linhas Oficiais de Financiamento (%)

<i>Dificuldades</i>	PROEX		BNDES-Exim		
	<i>Equalização</i>	<i>Financiamento</i>	<i>Pós-Embarque</i>	<i>Pré-Embarque</i>	<i>Pré-Embarque Especial</i>
<i>Empresas usuárias</i>					
Porte de Empresa	18,9	17,8	10,8	32,5	27,3
Exigências de garantias reais	18,9	22,2	29,7	32,5	33,3
Documentação requerida	24,3	33,3	40,5	27,5	24,2
<i>Empresas que não conseguem utilizar</i>					
Porte de Empresa	23,2	25,6	18,0	20,3	20,1
Exigências de garantias reais	37,3	47,1	47,5	45,5	45,5
Documentação requerida	34,5	36,0	36,0	37,1	36,6

Fonte: CIN, 2002 – Elaboração Própria.

Na tabela 02 conseguimos detectar os principais problemas encontrados para a captação do crédito nas linhas do PROEX e BNDES-Exim. Os maiores problemas aqui relacionados são as exigências de garantias reais, documentação requerida e porte da empresa.

As exigências de garantias reais são problemas que atingem de 18,9% a 33,9% das empresas que utilizam as linhas de financiamento, sendo que este problema é maior nas empresas que não conseguem utilizar as linhas de financiamentos, alcançando o patamar de 37,3% a 47,5% das empresas consultadas.

As documentações requeridas também são outro importante problema, que deve ser revisto pelas linhas de financiamento. As empresas que utilizam os créditos 24,2% a 40,5% assinalaram este problema. As empresas consultadas que não conseguem utilizar essas linhas oficiais, a dificuldade das documentações requeridas durante o processo de financiamento atinge em média 35,9% das empresas pesquisadas.

Conforme Tabela 02, o porte da empresa é visto, também, como um entrave ao acesso das linhas de crédito oficiais analisadas. Das empresas consultadas na pesquisa uma média de 21,4% das empresas que não conseguem utilizar o financiamento, assinalaram o porte como um entrave às exportações. As empresas que utilizam o crédito ressaltaram o problema de acesso ao crédito em relação ao porte da empresa, principalmente nas linhas de financiamentos do BNDES-Exim Pré-Embarque (32,5%) e o Pré-Embarque Especial (27,3%).

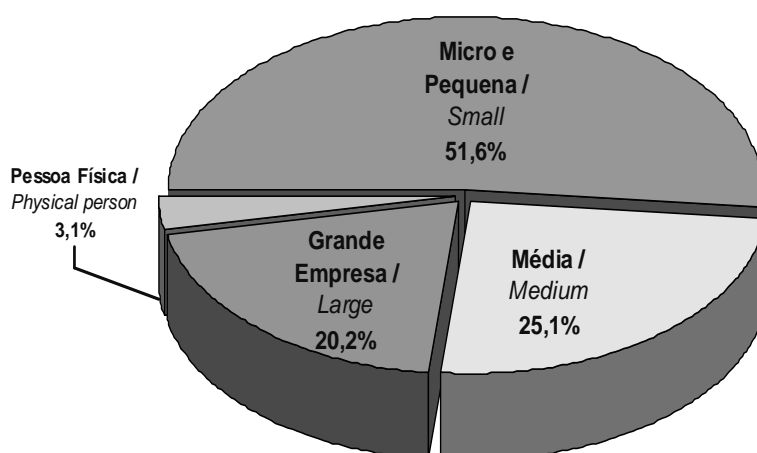
O difícil acesso ao financiamento às exportações das MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas é um tema bastante abordado no campo da economia, e será abordado analisado com mais ênfase nessa pesquisa, na próxima sessão.

4.1.1 MPMEs no mercado de crédito às exportações

Uma das principais lacunas do sistema de financiamento às exportações é o acesso desigual de crédito, em que as MPMEs são diretamente afetadas. Foram analisados dados secundários referentes à participação das MPMEs nas exportações brasileiras, e foi realizado um levantamento bibliográfico neste sentido.

No Gráfico 03, podemos observar a participação das empresas brasileiras - de acordo com seu porte, em relação às exportações. Constata-se um grande número de MPMEs exportadoras, representando 51,6% das exportadoras brasileiras, 25,1% são empresas de Médio porte e as empresas exportadoras de Grande porte correspondem a 20,2% do número de exportadoras brasileiras.

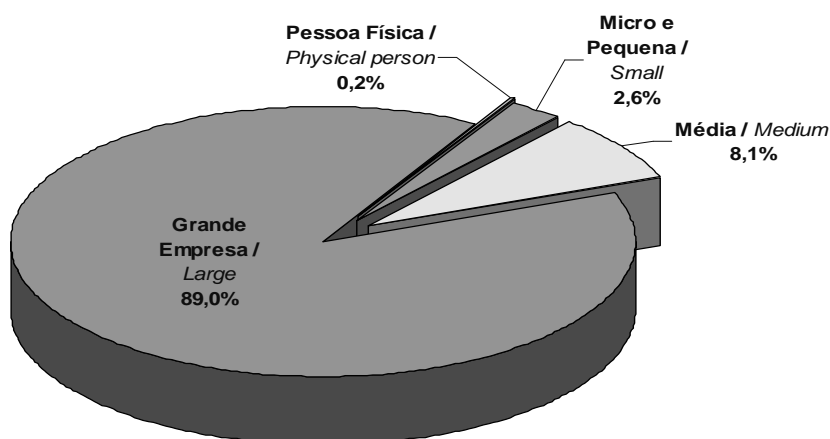
Gráfico 03: Exportação por Porte de Empresa
(participação % sobre o número de empresas de 2004)



No Brasil, [...] as empresas de micro e pequeno porte correspondem a aproximadamente 98,5% de todos os estabelecimentos produtivos registrados, absorvem cerca de 59% da mão-de-obra ocupada no país e representam, segundo dados do IBGE, 83,3% do total de exportadores. No entanto, representam apenas 1% do total exportado, o que a priori indica uma situação de baixa competitividade da PME brasileira. Os estudos sobre PMEs e exportações, especialmente no contexto latino americano, são ainda escassos e atribuem à inovação tecnológica a principal razão para sucesso ou fracasso das exportações. (FLACH, 2006, p.11)

Apesar do grande número de empresas MPMEs que participam das exportações brasileiras, e de sua importância na economia do país, o valor exportado é pouco representativo, como observa-se no gráfico abaixo:

Gráfico 04: Exportação por Porte de Empresa
(participação % sobre o valor das exportações de 2004)



Fonte:MDIC

No Gráfico 04 observa-se que as grandes empresas representam 89% do valor exportado no ano de 2004, sendo que as MPMEs representaram apenas 10,7% do valor exportado.

Tendo em vista o grande número de MPMEs exportadoras, faz-se necessário um olhar diferenciado ao potencial dessas empresas. Apesar de exportar um valor substancialmente menor do que as grandes empresas, as MPMEs devem ter destaque principalmente na questão da concessão de crédito às exportações.

Na tabela abaixo, podemos verificar a utilização das linhas de financiamento oficiais, pelo porte da empresa.

Tabela 03: Utilização dos Mecanismos de Crédito à Exportação por Porte de Empresa (em %)

	Todas	Micro	Pequena	Média	Grande
PROEX Equalização	5,2	1,3	4,0	3,3	13,4
PROEX Financiamento	10,7	7,0	7,9	9,9	18,6
BNDES-Exim Pré-Embarque	7,0	1,2	4,0	5,3	18,6
BNDES-Exim Pré-Embarque Especial	3,0	0,0	1,6	2,7	8,3
BNDES-Exim Pós-Embarque	3,5	1,2	3,2	2,0	8,3

Fonte: Blumenschein e Leon (2002) – Elaboração Própria.

De acordo com a Tabela 03, acima, verifica-se uma concentração na utilização dos financiamentos pelas empresas de grande porte. As linhas de financiamento PROEX-Financiamento e BNDES-Exim Pré-Embarque são as mais utilizadas, concentrando uma margem de 10,7% e 7%, respectivamente, das empresas consultadas.

Diante desse fato, cabe ressaltar as dificuldades do acesso ao crédito; as linhas de financiamentos do PROEX e do BNDES-Exim são pouco conhecidas, e mesmo as empresas que as conhecem, utilizam-nas muito pouco.

Os mecanismos de financiamentos operam segundo princípios de gestão de risco e de distribuição do produto. Portanto, os mecanismos oficiais de financiamento acabam se concentrando em um grupo restrito de empresas exportadoras de grande porte, devido seu menor risco. (BLUMENSCHHEIN e LEON , 2002)

As exigências de garantias, os entraves burocráticos e outras condições para o financiamento foram fatores responsáveis para tentativas frustradas de contratação do financiamento, bem como as taxas de juros elevadas como principal fator negativo, foram esses pontos que estiveram presentes nas respostas dos diversos portes de empresas pesquisadas (BLUMENSCHHEIN e LEON, 2002).

Diante dessas análises, podem ser percebidos grandes impasses no acesso ao financiamento, principalmente para MPMEs. As exigências burocráticas são apontadas como o principal obstáculo para obter acesso ao crédito.

4.1.2 Mudanças no âmbito dos financiamentos

Algumas mudanças já foram feitas, de acordo com o MIDIC, as mudanças são na atuação do PROEX-financiamento, PROEXequalização e Seguro de Crédito, que vão

beneficiar as operações financiadas pelo próprio PROEX, pelo BNDES ou pelos bancos privados. As medidas¹¹ que foram implementadas em 2004 no intuito de dar mais competitividade e incentivar as empresas exportadoras brasileiras; estão enumeradas a seguir:

- 1- Criação do COFIG – Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
- 2-Criação do PROPEX – Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas
- 3- Revisão da Resolução CAMEX nº 33, de 16.12.2002
- 4- Inclusão dos Organismos Financeiros Internacionais no PROEXequalização
- 5- Rever o Seguro de Crédito nas Operações com CCR
- 6- Revogação das limitações ao uso do CCR

O BNDES neste ano de 2006, conforme notícia em seu site¹², aprovou algumas mudanças nas linhas de financiamento às exportações, alterou as linhas nas operações de Pré-Embarque e Pré-Embarque Especial e criou uma nova modalidade de apoio, denominada Linha de Financiamento Pré-Embarque Ágil. O objetivo dessas medidas é a simplificação dos procedimentos operacionais das linhas de pré-embarque e a redução dos custos administrativos para os exportadores, agentes financeiros e BNDES, agilizando e otimizando o processo de financiamento.

Todas essas mudanças foram criadas para diminuir as dificuldades acima assinaladas. Viabilizando uma melhor capacidade exportadora no país, bem como a permanência no concorrido comércio exterior.

4.2 DESEMBOLSOS DO PROEX E BNDES-EXIM E A RELAÇÃO COM AS EXPORTAÇÕES

As empresas exportadoras brasileiras, nos últimos 12 anos, puderam contar com dois programas de financiamento às exportações, o PROEX e o BNDES-Exim, linhas oficiais do governo. Cabe aqui analisá-los de forma mais qualitativa, principalmente

¹¹ As medidas poderam ser encontradas na integra no site:
www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sececx/camex/20031128MedidasExportacao.pdf

¹² Site: www.bndes.gov.br/noticias/not050_06.asp

destacando os números de linhas de financiamentos e também a correlação destas com as exportações.

Na Tabela 04, foram reunidos os dados dos desembolsos anuais do PROEX e do BNDES-Exim e os valores de exportações (FOB) desde 1992 até 2004, que serão analisados através de gráfico e tabelas no decorrer do capítulo. Esses números foram retirados de uma pesquisa feita pelo IPEA, no ano de 2006.

Tabela 04: Exportação* (FOB) e Desembolsos anuais do PROEX* e BNDES-Exim*

Período	EXPORT	PROEX	BNDES-Exim
1992	35.793	319	78
1993	38.555	231	64
1994	43.545	941	280
1995	46.506	1.024	373
1996	47.747	497	388
1997	52.986	817	1.185
1998	51.120	1.209	2.065
1999	48.011	908	2.100
2000	55.086	910	3.083
2001	58.223	1.048	2.603
2002	60.362	893	3.948
2003	73.084	842	4.007
2004	96.475	893	3.800

Fonte: Moreira, Tomich e Rodrigues. (2006)/IPEA- Elaboração própria.

* US\$ milhões

A pesquisa analisada pelo IPEA *PROEX e BNDES-Exim construindo o futuro*¹³, foi realizada por Sérvulo V. Moreira, Frederico Tomich e Maria da Glória Rodrigues em janeiro de 2006.

O objetivo principal dessa pesquisa sobre os financiamentos oficiais (PROEX e BNDES-Exim), foi de dimensionar a real efetividade desses programas de financiamento por meio de uma análise econométrica¹⁴, através de variáveis mais fortemente correlacionadas com as exportações. A análise teve como referenciais dados históricos da exportação de 1974 a 2000, conforme anexo 02.

¹³ Ver Moreira, Tomich, Rodrigues (2006)

¹⁴ Equação utilizada na análise econométrica, anexo 03.

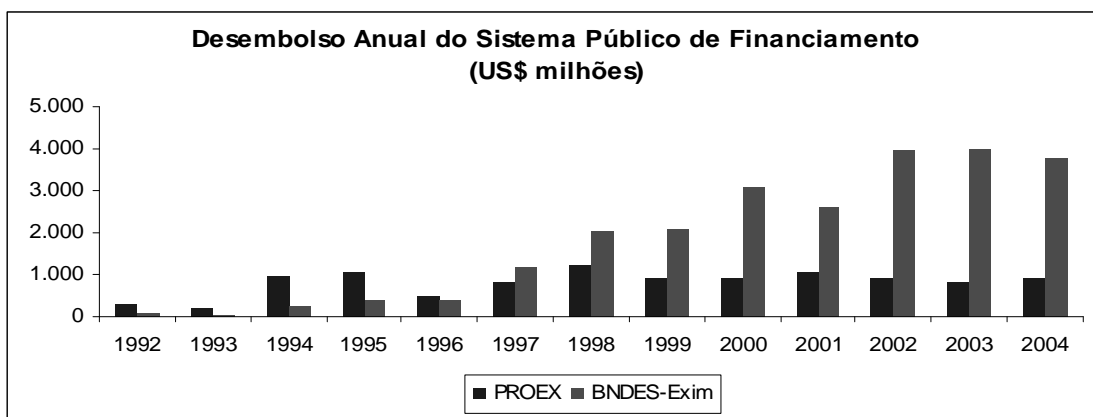
Os resultados dessa pesquisa foram que ambos os sistemas de financiamento às exportações estão atingindo seus objetivos em alavancar as vendas externas, contribuindo também para uma maior especialização tecnológica de firmas exportadoras. Permitindo assim, que a estrutura dos programas de financiamento, aumentasse as exportações de produtos com valor agregado. (MOREIRA, TOMICH, RODRIGUES, 2006)

Também deve ser considerado que o incremento das exportações brasileiras é um fenômeno que tem atraído todo o interesse do país, seja em manter o ritmo atual das vendas externas, seja de incrementá-las. Esse crescimento é resultado de um conjunto de esforços do país, tanto do setor produtivo, dos instrumentos dedicados a promover os exportáveis (como o Proex e o BNDES-Exim, e outros), como das alterações na própria pauta de exportações. (MOREIRA, TOMICH, RODRIGUES, 2006)

Os financiamentos às exportações estão cada vez mais se solidificando no mercado exportador, visto a sua importância pelos exportadores, na competitividade do mercado externo. Percebemos no gráfico 05, um aumento nos desembolsos anuais tanto no PROEX como no BNDES-Exim. Em 2004 foram disponibilizados pelo PROEX US\$ 893,2 milhões, já o BNDES-Exim disponibilizou US\$ 3.800 milhões. Diferente do início desses financiamentos em 1992, que o PROEX desembolsou 318,94 milhões e o BNDES-Exim apenas US\$ 78 milhões.

O BNDES-Exim teve uma tendência de crescimento bastante forte nos desembolsos anuais, se solidificando cada vez mais no mercado exportador, principalmente a partir do ano de 1996. O PROEX, devido seus limites de recursos vindos do Orçamento da União, teve períodos de oscilação, cabendo aqui ressaltar, as três maiores quedas; a primeira entre os anos de 1995/1996, de US\$ 1023,6 milhões para 497, 4 milhões; a segunda em 1998, de US\$ 1.208,7 milhões, para 908,4 milhões em 1999; e por último no desembolso 2001 de 1.048,3 milhões para 893 milhões em 2002.

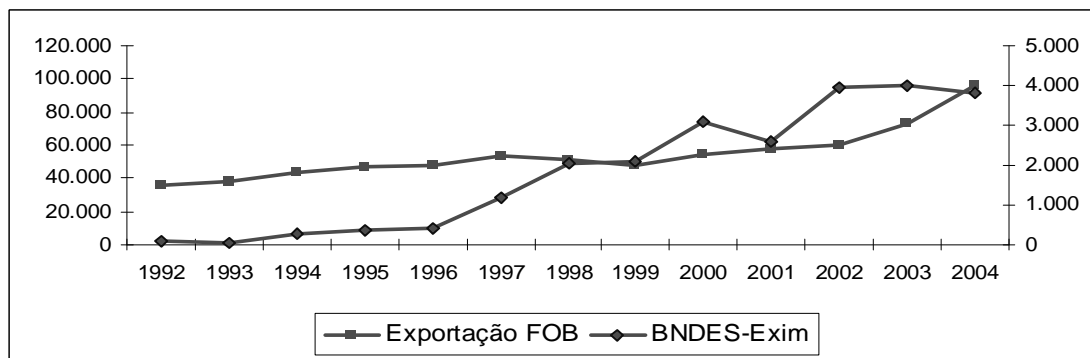
Gráfico 05



Fonte: Tabela 04 –Elaboração própria

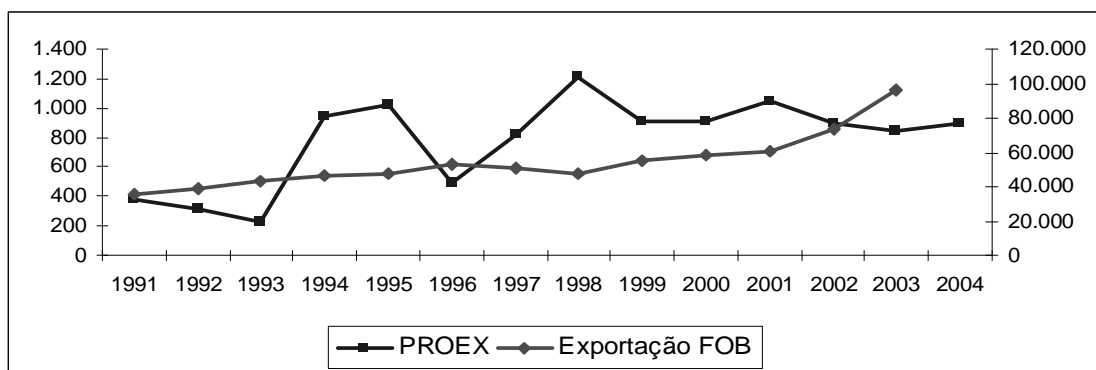
Diante desse efetivo crescimento dos financiamentos à exportação, houve um aumento das exportações nos últimos anos, como foi visto no capítulo II. Cabe ressaltar o efeito desses financiamentos perante o valor das exportações.

Gráfico 06: Exportações (FOB) vs. BNDES-Exim (US\$ Milhões)



Fonte: Tabela 04 –Elaboração própria

Gráfico 07: Exportação (FOB) vs. PROEX (US\$ Milhoões)



Fonte: Tabela 04 –Elaboração própria

Nos gráficos 06 e 07, verificamos o comportamento dos desembolsos anuais em relação ao valor das exportações (FOB). Os desembolsos anuais do BNDES-Exim vêm crescendo ao longo dos últimos doze anos, e o mesmo vem acontecendo com as exportações. O programa de financiamento do PROEX possui uma tendência de crescimento, apesar de algumas quedas ao longo dos anos estudados. Diferenciando assim, das exportações que possuem uma tendência mais constante, diante das variações do PROEX.

Apesar dos gráficos nos traduzirem uma tendência de crescimento, tanto nos financiamentos, quanto nas exportações, pouco se pode concluir em relação à efetiva participação dos financiamentos concedidos no valor das exportações. Um resultado mais preciso é obtido quando se calcula a participação dos desembolsos dos financiamentos em relação às exportações (tabela 05).

Tabela 05: Evolução dos desembolsos do PROEX e BNDES em relação às exportações

Período	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
EXPORT	35.793	38.555	43.545	46.506	47.747	52.986	51.120	48.011	55.086	58.223	60.362	73.084	96.475
PROEX	319	231	941	1.024	497	817	1.209	908	910	1.048	893	842	893
BNDES-Exim	78	64	280	373	388	1.185	2.065	2.100	3.083	2.603	3.948	4.007	3.800
<i>Participação dos financiamentos oficiais nas exportações. (%)</i>													
Exim/Export	0,2179%	0,1660%	0,6430%	0,8020%	0,8126%	2,2364%	4,0395%	4,3740%	5,5967%	4,4707%	6,5405%	5,4827%	3,9388%
PROEX/Export	0,8910%	0,5999%	2,1612%	2,2010%	1,0417%	1,5427%	2,3644%	1,8921%	1,6520%	1,8000%	1,4794%	1,1521%	0,9258%

Fonte: Tabela 04 – Elaboração Própria

Na Tabela 05 pode-se conferir a participação do BNDES-Exim e do PROEX nas exportações brasileiras. Os desembolsos do BNDES-Exim, em relação ao valor da expansão no período 1996-1998, atingindo 6,5% em 2002. Apesar das pequenas reduções em 2003, para 5,4%, e em 2004, para 3,9%, o BNDES-Exim continua relevante em sua participação no montante das exportações. Com relação à participação do PROEX nas exportações, em média ele participa apenas 1,49% do total das exportações. No ano de 1998, atingiu o máximo de participação de 2,36%.

O PROEX e o BNDES-Exim, principalmente a partir de 1996, vem tendo resultados crescentes de desembolsos, no âmbito de incentivar as exportações, mesmo com as dificuldades destacadas na pesquisa.

Para uma análise do grau de relação linear entre as variáveis, no caso, os desembolsos anuais do PROEX e BNDES-Exim e o valor das exportações, fez-se uma análise de correlação linear. Identificando assim, a efetiva relação entre as variáveis, conforme se verifica na Tabela 06, abaixo.

A interpretação dos resultados, parte do princípio do coeficiente de correlação r , introduzido por Karl Person¹⁵. De acordo com Fonseca, Martins e Toledo (1995, p.11), “não obstante, o uso do coeficiente de correlação permanece, principalmente devido à vantagem que apresenta, decorre da facilidade de interpretação e de seu intervalo compreender valores em um intervalo com uma escala reduzida”.

O coeficiente de correlação r é uma medida que estará entre -1 e +1, sendo $r = 0$ corresponde que não há relação linear entre as variáveis. Portanto, quanto maior o r , ou mais próximo de +1, maior será a correlação entre as variáveis.

Tabela 06: Correlação

	<i>EXPORT</i>	<i>BNDES-Exim</i>	<i>PROEX</i>
<i>EXPORT</i>	1		
<i>BNDES-Exim</i>	0,802676556	1	
<i>PROEX</i>	0,38131079	0,499289613	1

Fonte: Elaboração Própria

As variáveis BNDES-Exim e Exportações atingiram um coeficiente de correlação de **0,8026**. Comprovando assim, uma forte correlação positiva entre as variáveis. Neste

¹⁵ O coeficiente de correlação r de Karl Person é definido pela razão entre a covariância e a raiz quadrada do produto das variações de X e Y. Simbolicamente:
$$r = \frac{\sum (X - \bar{X})(Y - \bar{Y})}{\sqrt{[\sum (X - \bar{X})^2][\sum (Y - \bar{Y})^2]}}$$

sentido, pode-se afirmar a efetividade do BNDES-Exim no âmbito do auxílio à promoção das exportações.

A correlação entre o PROEX e Exportações foi de **0,4687**; podendo concluir uma correlação moderada e positiva entre as variáveis. Este resultado comprova a reação direta entre PROEX e exportações, mas evidencia também sua menor eficiência no objetivo de incentivar as exportações. Esse resultado pode ser devido às dificuldades encontradas pelas empresas no acesso ao crédito, visto anteriormente.

Mesmo com o resultado moderado entre o PROEX e as exportações, podemos dizer que os dois financiamentos oficiais analisados, encontram-se numa fase de ascensão e maturação no mercado de financiamento às exportações.

CAPÍTULO V

5.1 CONCLUSÃO

O crescimento econômico de um país depende de fatores estruturais, como formação de capital humano, tecnologia e recursos naturais, e também de políticas macroeconômicas, como taxas baixa de inflação e de juros. Neste último aspecto, podem ser incluídas as políticas de promoção às exportações. Com a aplicação de políticas voltada às exportações é obtido um aumento na demanda agregada, com a conquista de novos mercados, evoluindo sua produtividade, gerando assim mais empregos e maiores rendas, resultando num aumento de bem estar do país.

Tendo em vista a abertura do comércio brasileiro, nos anos 90, com o mercado internacional, e a concepção do crescimento econômico via exportação, surge a necessidade de implementar programas de incentivo as exportações. Diante desse contexto, a pesquisa se propôs a fazer uma análise dos programas de financiamento às exportações oferecidos pelo governo brasileiro.

As empresas exportadoras precisam de incentivos do governo para melhor posição dentro do mercado internacional, no sentido de melhorar sua competitividade diante da concorrência do comércio, de aumentar seu grau de negociações com importador em vendas a prazo, recebendo o valor na comercialização do produto (pós-embarque), e até mesmo para subsidiar a produção de produtos exportáveis (pré-embarque).

Percebe-se quanto são necessários programas de financiamento para às exportadoras, diante dos riscos do comércio exterior, tendo em vista garantir o cumprimento as negociações efetuadas entre o exportador e importador, pois há sempre bancos para o suporte de crédito, dando maior garantia as exportações.

Com a preocupação em promover as exportações, o governo lançou dois programas de financiamento, no início da década de 90, o PROEX e o BNDES-Exim. Reorganizando também a estrutura de apoio ao comércio exterior.

A partir de uma revisão dos programas PROEX e BNDES-Exim, bem como de toda bibliografia pesquisada, pode-se observar que esses programas de financiamento estão na fase de maturação e solidificação no mercado do comércio exterior. Principalmente diante das dificuldades burocráticas e exigências de garantias reais, para ter acesso ao crédito; e

também, o difícil acesso a informação, visto o desconhecimento das linhas de financiamento. O acesso das MPMEs no mercado de crédito às exportações também se caracteriza como importante problema, diagnosticado nesta pesquisa.

Mesmo com todas as dificuldades constatadas, a participação dos financiamentos analisados em relação ao valor das exportações é significativa e deve ser observada. O PROEX devido sua limitação de recurso, oriundo do Orçamento da União; teve uma menor participação no total exportado em relação ao BNDES-Exim, que por sua vez, possui maior autonomia na liberalização dos seus recursos.

Na análise de correlação dos desembolsos do PROEX e do BNDES-Exim em relação ao valor das exportações o resultado do coeficiente de correlação linear calculado foi positivo, nesta análise também o BNDES-Exim supera o PROEX.

Os resultados positivos de crescimento de exportação bastante expressivo nos últimos anos é resultado, conforme Moreira, Tomich e Rodrigues (2006), de um conjunto de esforços país, tanto do setor produtivo, dos instrumentos dedicados a promover os exportáveis (como o Proex e o BNDES-Exim, e outros), como das alterações na própria pauta de exportações.

Os programas de crédito às exportações podem representar soluções na viabilização da permanência e do aumento de competitividade das empresas no mercado internacional. Representando um aumento no bem estar social no país, no sentido de geração de renda e empregos.

Os financiamentos às exportações devem aprimorar-se cada vez mais para absorver todo o mercado exportador igualmente, gerando recursos para o aumento das exportações de MPMEs e empresas de grande valor agregado com produtos manufaturados. Como o senhor Mauricio Botelho, presidente da Embraer, afirma “sem o PROEX não haveria exportações de aviões.” Com a dinâmica do mercado internacional faz-se necessário com que os programas de apoio à exportação se aperfeiçoem constantemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fábio. **Crise brasileira de 1998/1999 - Origens e consequências**. Textos para discussão 77. BNDES. Rio de Janeiro, 2000.

BLUMENSCHNEIN, Fernando; LEON, Fernanda L. L. de. Uma análise do desempenho e da segmentação do sistema de crédito à exportação no Brasil. *In*: Org. PINHEIRO, Armando C.; MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Valls. **O desafio das exportações**. BNDES. 1.ed. Rio de Janeiro:2002

BRASIL. Ministério de desenvolvimento, indústria e comércio exterior. **Financiamento à exportação**. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sececx/financiamento/financiamento.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2005.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento, indústria e comércio exterior. **Medidas de apoio ao financiamento e garantia das exportações brasileiras**: Programa de financiamento à exportação-PROEX; Fundo de garantia à exportação-FGE. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sececx/camex/20031128MedidasExportacao.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2005.

BRANDI, Vinicius R.; MORAES, Raquel G. Mercado de crédito brasileiro: Financiamento à exportação. **Cadernos Discentes COPPEAD**. Rio de Janeiro, n.8, p. 112-149, 2001.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Thomson, 2004.

CASTRO, José Augusto de. **Financiamento à exportação e seguros de crédito**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Unidade de integração internacional. **Os problemas da empresa exportadora brasileira**. Brasília, 2002. 103p.

EITEMAN, David K.; STONEHILL, Arthur I.; MOFFETT, Michael H. **Administração Financeira Internacional**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FLACH, Lisandra. **Análise dos mecanismos de financiamento à exportação para pequenas e médias empresa**. Florianópolis, 2006. 75f.. Trabalho de conclusão de curso (Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

FONSECA, Jairo S. da; MARTINS, Gilberto de A. e TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro produtos e serviços**. 11. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 6. ed. Tradução: Eliezer Martins Diniz. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005

LOPEZ, Manoel Cortiñas, GAMA, Marliza. **Comércio Exterior Competitivo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002, 427p.

MORAES, Raquel G.; BRANDI, Vinicius R. Mercado de crédito brasileiro: Financiamento à exportação. **Cadernos Discentes COPPEAD**. Rio de Janeiro, n.8, p. 112-149, 2001

MOREIRA, Sérvulo V.; SANTOS, Adelaide F. **Políticas públicas de Exportação: o caso do PROEX**. Brasília: IPEA, 2001. (texto pra discussão n° 836).

MOREIRA, Sérvulo Vicente; TOMICH, Frederico; RODRIGUES; Maria da Glória. **PROEX e BNDES-Exim: Construindo o Futuro**. Brasília: IPEA, 2006. (texto pra discussão n° 1156).

VEIGA, Pedro da Motta; IGLESIAS, Roberto. **Políticas de incentivo às exportações no Brasil entre 1964 e 2002**: resenha de estudos selecionados. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/sain/download/Temas%20de%20Economia%20Internacional2.pdf>>. Acesso em 2 jun. 2006.

OTUKI, Alexandre. **Governo dá pouco apoio a empresas brasileiras avaliam empresários**. Valor Online. São Paulo, 02. jul. 2002. Disponível em: <www.valoreconomico.com.br>. Acesso em 25 jul. 2006.

VAZQUEZ, José Lopes. **Manual de Exportação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002, 302p.

ANEXO 01

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDENCIADAS AO BNDES

<ul style="list-style-type: none"> • ABC-Brasil, • <u>ABN Amro</u>, • Alfa, Alfa (CFI) • <u>Banco do Brasil</u>, • Banco do Brasil Leasing, • Bancoob, Banespa, • Banestes, • <u>Bank Boston</u> (BC), • <u>Bank Boston</u> (BM), • Banrisul, • Basa, • BBM, • <u>BDMG</u>, • Bicbanco, • BMG, • BMG Leasing, • BNB, • BNP, • Boncred, • Boncred Leasing, • Bonsucesso, • BPN Brasil, • <u>Bradesco</u>, • Bradesco Leasing, • <u>BRDE</u>, • <u>BRP</u>, • BV Leasing • <u>CaixaRS</u>, • Caterpillar, • CEF, • Citibank (BM), • CNH, • Cresol Baser, • Cresol Central • <u>DaimlerChrysler</u>, • Desenhahia, • Dibens Leasing, • Dibens BM, • Direção CFI, • DLL Brasil • <u>Fibra</u> • Goiásfomento, • Guanabara • HSBC • Industrial, • ING Bank, • Investe-Rio, • Itaú, 	<ul style="list-style-type: none"> • Itaú-BBA • J. Safra, • John Deere • KDB BR • Mercantil BR, • Meridional, • Moneo • Nossa Caixa • Pactual, • <u>Pine</u>, • Porto Real, • Prosper • Rabobank, • Rendimento, • Rodobens • Safra Leasing, • Safra (BM), • Santander Leasing, • Santander BR, • SG Brasil, • Sicredi, • <u>Sofisa</u>, • Sudameris • <u>Unibanco</u> • <u>Volkswagen</u>, • Volvo, • <u>Votorantim</u> • Westlb BR
---	---

ANEXO 02

DADOS PARA ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS

Período	Valor das exportações (US\$ bilhões) ¹	Valor das exportações produtos manufaturados (US\$ bilhões) ²	Valor das importações (US\$ bilhões) ³	Valor das importações de bens de capitais (US\$ bilhões) ⁴	PIB Brasil (US\$ milhões) ⁵	Proex (US\$ milhões) ⁶	BNDES-Exim (US\$ milhões) ⁷
1974	7.950,996	2.263,000	12.641,320	2.198	110.390,511	0,000	0,00
1975	8.669,944	2.585,000	12.210,340	2.646	129.890,826	0,000	0,00
1976	10.128,303	2.776,000	12.382,982	2.282	153.958,621	0,000	0,00
1977	12.120,175	3.840,000	12.023,412	1.864	177.246,914	0,000	0,00
1978	12.658,944	5.083,000	13.683,146	2.219	201.204,007	0,000	0,00
1979	15.244,377	6.645,000	18.083,861	2.249	223.476,503	0,000	0,00
1980	20.132,401	9.028,000	22.955,169	2.610	237.772,063	0,000	0,00
1981	23.293,035	11.884,000	22.090,580	2.196	258.553,468	0,000	0,00
1982	20.175,071	10.253,000	19.394,998	1.804	271.251,679	0,000	0,00
1983	21.899,314	11.276,000	15.428,925	1.335	189.459,227	0,000	0,00
1984	27.005,336	15.132,000	13.915,821	1.078	189.743,703	0,000	0,00
1985	25.639,011	14.063,000	13.153,491	1.095	211.092,103	0,000	0,00
1986	22.348,603	12.404,000	14.044,304	1.468	257.811,781	0,000	0,00
1987	26.223,925	14.839,000	15.050,827	1.985	282.356,856	0,000	0,00
1988	33.789,365	19.188,000	14.605,254	1.974	305.706,641	0,000	0,00
1989	34.382,620	18.634,000	18.263,433	2.300	415.915,796	0,000	0,00
1990	31.413,756	17.011,000	20.661,362	2.917	469.317,523	0,000	0,00
1991	31.620,439	17.757,000	21.040,471	3.202	405.679,231	384,100	0,00
1992	35.792,986	20.754,000	20.554,091	3.340	387.294,944	318,940	78,00
1993	38.554,769	23.437,000	25.256,001	3.867	429.685,265	231,300	64,00
1994	43.545,162	24.959,000	33.078,690	5.377	543.086,600	941,100	280,00
1995	46.506,283	25.565,000	49.971,898	8.846	705.449,254	1.023,600	373,00
1996	47.746,727	26.413,000	53.345,768	10.405	775.474,639	497,400	388,00
1997	52.994,340	29.190,000	59.747,227	12.807	807.814,300	817,400	1185,00
1998	51.139,862	29.366,000	57.714,364	12.476	787.889,233	1.208,700	2065,00
1999	48.011,445	27.329,000	49.210,313	10.098	536.600,000	908,400	2100,00
2000	55.085,595	32.528,000	55.783,342	9.678	602.206,528	910,000	3083,00
2001	58.222,643	32.900,000	55.572,176	10.876	509.796,797	1.048,300	2603,00
2002	60.361,785	32.998,000	47.240,488	8.667	459.379,391	893,000	3948,00
2003	73.084,140	39.653,000	48.290,216	7.152	493.348,080	842,000	4007,00
2004	96.475,220	52.949,000	62.781,796	7.688	520.000,000	893,200	3800,00

Notas: ¹ Exportações (FOB).

Periodicidade: anual.

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP).

Unidade: US\$ bilhões.

² Exportações de produtos manufaturados (FOB) – Anual.

Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.

Unidade: US\$ bilhões.

Comentário: Valor FOB das exportações de produtos manufaturados US\$ bilhões.

Fonte: DE 1974 A 1996: Funcex, Texto Para Discussão n. 121. A partir de 1997: Boletim Funcex de Comércio Exterior.

³ Importações (FOB).

Periodicidade: anual.

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP).

Unidade: US\$ bilhões.

Comentário: Quadro: Balanço de pagamentos

⁴ Importações de bens de capital (FOB) – Anual.

Periodicidade: anual.

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP).

Unidade: US\$ bilhões.

⁵ PIB Brasil Anual.

Fonte: Indicadores da Economia Mundial – Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) – MPO, dez. 1996, 97, 98, 99.

De 1974 a 1979 a fonte dos dados é FGV.

Unidade: US\$ milhões.

⁶ Programa de Financiamento às Exportações – Brasil – Anual.

Fonte: BB/STN.

Unidade: US\$ milhões.

Comentário: O programa foi instituído em 1991.

⁷ BNDES-Exim.

Fonte: Valor do desembolso anual do BNDES-Exim.

Fonte: BNDES.

Unidade: US\$ milhões.

Comentários: O programa foi instituído em 1990.

ANEXO 03

FÓRMULAS E RESULTADOS DA ANÁLISE ECONOMÉTRICA

(MOREIRA, TOMICH, RODRIGUES, 2006)

No caso PROEX:

$$\log(EXP_t) = \beta_0 + \beta_1 \log(IMP_{t-6}) + \beta_2 \log(PIB_t) + dummy (PROEX) + \varepsilon_t$$

No caso BNDES-Exim:

$$\log(EXP_t) = \beta_0 + \beta_1 \log(IMP_{t-6}) + \beta_2 \log(PIB_t) + dummy (EXIM) + \varepsilon_t$$

EXPt: total de exportações em milhões de dólares no tempo t.

IMPt-6: total de importações em milhões de dólares no tempo t-6.

PIBt: Produto Interno Bruto (PIB) nacional em milhões de dólares no tempo t.

Dummy PROEX e EXIM: Variável indicadora do surgimento do programa de exportação PROEX e BNDES-Exim.

As variáveis definidas para explicar o modelo levaram em consideração:

- Importações de bens de capital – em razão de sua importância para o aumento da produção doméstica de produtos com alto valor agregado, considerando que é necessário importar equipamentos para produzir exportáveis.
- Produto Interno Bruto – a importação de um país está diretamente correlacionada com o PIB.
- Variável *dummy* para o Proex e Exim para captar a influência desse mecanismo no desempenho das exportações.